



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 052

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 052**

### **46ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 06

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Elton Welter ..... 11

Dep. Professor Luizão ..... 13

Dep. Péricles de Mello ..... 14

Dep. Rosane Ferreira ..... 15

Dep. Ademar Traiano ..... 15

Dep. Jocelito Canto ..... 16

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 17

Dep. Elio Rusch ..... 18

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Elton Welter ..... 11

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 21

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 22

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 23

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 24

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 26

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício ..... 27

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 28

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho ..... 29

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 32

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 34

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) ..... 34

Redação Final ..... 36

3ª Discussão ..... 38

2ª Discussão ..... 38

1ª Discussão ..... 40

Requerimentos ..... 41

#### **Explicações Pessoais:**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 41

#### **Encerramento da Sessão ..... 41**

#### **Publicações Administrativas:**

Pregão Eletrônico ..... 41

**DIÁRIO Nº 052****46ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE MAIO DE 2008**

(quarta-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Chico Noroeste.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Cleiton Kiese, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Osmar Bertoldi (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin, e o Sr. Deputado Luiz Accorsi (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofícios:**

Sob os nºs CTL/CC 142, 154, 155, 156, 164 e 165/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver sancionados os projetos de leis nºs:

832/07: de autoria do Deputado Ademar Traiano que proíbe, conforme especifica, a entrada em prédios públicos e estabelecimentos privados do estado do Paraná, de pessoas usando capacete, o qual convertido em Lei tomou o nº 15815. **Anote-se - Arquivo-se.**

116/08: do Poder Executivo que fixa, a partir de 01/05/08, valores do piso salarial no estado do Paraná, com fundamento no inciso V do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14/07/00, o qual convertido em Lei tomou o nº 15826.

**Anote-se - Arquivo-se.**

004/08: do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 15827. **Anote-se - Arquivo-se.**

003/08: do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) Ação Social/PR, do imóvel situado na rua Doutor Muricy, 950, nesta capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 15828. **Anote-se - Arquivo-se.**

095/08: do Poder Executivo que aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15830. **Anote-se - Arquivo-se.**

134/08: do Tribunal de Justiça que cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15831. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 136/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição de Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 140/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 750/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição de Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 141/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 764/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição de Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 158/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 578/08-GS/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 580. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 166/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 254/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 882/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins, apoiado pelos Parlamentares Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elio Rusch e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre os custos relativos a ligações feitas para a SANEPAR. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 223/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Osmar Bertoldi, Ademar Traiano e Durval Amaral que solicitam esclarecimentos sobre o terminal público para álcool em Paranaguá. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 954/08 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil do Estado - substituta, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que solicita documentos e esclarecimentos sobre os cartões corporativos utilizados pelo Secretário de Estado da Comunicação Social. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 955/08 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil do Estado - substituta, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que solicita documentos e esclarecimentos sobre as viagens feitas pelo Secretário de Estado da Comunicação Social ao Paraguai. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 106/08-CRE/GAB do Sr. Vicente Luis Tezza - Diretor da Receita Estadual, em resposta ao pedido de informações requeridos pelos Deputados Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes Litro, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana e Ademar Traiano, que solicitam esclarecimentos sobre a desativação da Delegacia Regional da Receita Estadual de Pato Branco. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO Nº 084/08

Curitiba, em 14/05/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 14/05/08 - por estar em visita às bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 116/08

### SÚMULA:

Propõe ao Governo do Estado do Paraná a instituir Programa Estadual de Crédito Fundiário, bem como firmar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a fim de integrar e potencializar ações de reforma agrária no estado do Paraná, com a aquisição de imóveis rurais, com pagamento nos termos da Lei Federal nº 8629/93.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná propõe ao Chefe do Poder Executivo Estadual a elaborar estudos, interagir com o Governo Federal e formalizar atos, para fins de:

1) instituir um Programa de Crédito Fundiário, no âmbito do estado do Paraná, sob coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB com a participação do Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITCG e parceria com a sociedade civil organizada; e

2) firmar convênio entre o estado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com interveniência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Governo Federal, nos moldes de convênio de outro ente federado, com vista a desenvolver ações para viabilizar a aquisição de terras, avaliadas na forma prevista na Lei Federal nº 8629/93, para fins de integrar e potencializar as ações de reforma agrária no estado do Paraná.

A finalidade do programa deverá ser o atendimento de trabalhadores sem terra e minifundiários, através de suas associações, para a aquisição de terras e investimentos iniciais de instalações necessárias para a viabilização da propriedade, mediante financiamento reembolsável e de investimentos comunitários não reembolsáveis, com o objetivo de impulsionar o assentamento de famílias rurais, como meio de geração de renda e combate à pobreza rural de uma parcela de paranaenses. O convênio com o Governo Federal, através de INCRA/MDA será o instrumento para a implantação do programa, juntamente com futuras dotações orçamentárias.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) ELTON WELTER

**JUSTIFICATIVA:**

O estado do Paraná tem amplas condições de contribuir para uma reforma agrária plural que se ajusta às condições locais. Para tanto é fundamental um projeto específico, orientado para participar, com instrumento estratégicos, no processo de desenvolvimento econômico e social do meio rural paranaense, o qual ainda padece de problemas de acesso à terra por parte de uma significativa parcela de famílias rurais, ainda que muitas delas morem atualmente, de forma precária, nas periferias das maiores cidades.

O programa de governo ora proposto parte da necessidade de um entendimento por parte do estado com o Governo Federal, através de seus órgãos competentes, a fim de alavancar a política de desenvolvimento dos minifúndios. Para tanto, é preciso tornar prático esforços comuns dos entes da federação, no sentido de promover um ambiente favorável e desembaraçado à implementação das políticas que corresponda aos anseios da população que pretende produzir no meio rural.

Como não há estoque de terras e se tem encontrado dificuldades em desapropriar, para atender as demandas de trabalhadores que desejam ser assentados e evitar que o problema ganhe expressão insustentável, com conflitos agrários e agressões ao meio ambiente, é preciso desenvolver programa específico e promover ações compartilhadas, a fim de qualificar o papel do estado como impulsionador da reforma agrária, posto que a democratização da terra é de ordem econômica, com política.

O programa e o convênio ora propostos devem viabilizar o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, bem como reassentar pequenos agricultores atualmente assentados de forma irregular, inclusive em terras indígenas.

Um dos objetivos do convênio poderá ser a delegação de competência para o estado do Paraná, no âmbito de seu território, para a realização de vistorias e de avaliação de imóveis rurais, previamente selecionados para a compra e venda, inclusive em aquisições isoladas, entre outras ações, como a regularização fundiária, para fins de agilizar questões burocráticas que atrasam os assentamentos rurais.

**INDICAÇÃO Nº 117/08****SÚMULA:**

Solicita ao Governador e ao Secretário de Estado da Segurança Pública a designação de Delegada da Mulher para o município de Sarandi.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmos. Srs. Roberto Requião e Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos a designação de Delegada da Mulher e de uma escrivã para o município de Sarandi.

Trata-se de reivindicação da comunidade sarandiense que chegou ao Conselho de Segurança da Região Metropolitana de Maringá. Segundo relatos de vítimas, essas mulheres ficam constrangidas de efetuar as declarações na frente de um Delegado e de um Escrivão.

Com a vigilância da Lei Maria da Penha ficou clara a necessidade de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e nessa linha, é preciso criar mecanismos, nas delegacias, de atendimento que evitem constrangimento às mulheres já traumatizadas.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**INDICAÇÃO Nº 118/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Terra Rica.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção, no município de Terra Rica, de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Terra Rica tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Terra Rica tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo que, uma vez construída a clínica, a Prefeitura de Terra Rica possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Terra Rica.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

**INDICAÇÃO Nº 119/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Rondon.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção, no município de Rondon, de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Rondon tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Rondon tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a clínica, a Prefeitura de Rondon possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Rondon. Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 120/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Amaporã.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção, no município de Amaporã, de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Amaporã tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Amaporã tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a clínica, a Prefeitura de Amaporã possa atender à crescente demanda de pessoas

desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Amaporã.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 121/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Paranapoema.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção, no município de Paranapoema, de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranapoema tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Paranapoema tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a clínica, a Prefeitura de Paranapoema possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Paranapoema.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

## Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 772/07, item 01 da presente Sessão Ordinária, solicitando ainda que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Saúde desta Casa para análise mais profunda do tema em questão, conforme artigo 33 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Estadual Eucaliptos, município de Londrina.

Fundada em 09/03/92, é dirigida pela respeitada professora Eucleres Conceição Tristão contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Eucleres Conceição Tristão, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Lar Escola da Criança de Maringá, através da Irmã Cecília Inês Ferrazza, que completou, junto com a cidade de Maringá, 61 anos de fundação.

O Lar Escola da Criança de Maringá há 61 anos defende a vida e promove o equilíbrio social. O trabalho maravilhoso realizado nessa instituição merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa e de todos os cidadãos paranaenses.

A sociedade se renova com o surgimento de novas gerações, de crianças que, bem preparadas, podem representar pilares para o desenvolvimento do ser humano. As crianças devem receber toda a atenção e nessa linha o Lar Escola da Criança de Maringá exerce papel fundamental no referido município e região. O trabalho realizado com base em princípios morais, religiosos e éticos sérios garante o sucesso dessa instituição e o orgulho do povo maringaense.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente à Exma. Sra. Senadora da República pelo estado do Acre, Marina Silva, apresentando solidariedade e reconhecimento público pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente do Ministério do Meio Ambiente.

Que esta Assembléia Legislativa reconhece, desta forma, toda a luta, trabalho e dedicação em prol do Meio Ambiente, solidarizando-se à sua pessoa.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**Projetos de Lei**

## PROJETO DE LEI Nº 203/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover assistência social, educacional, cultural, esportiva, saúde, lazer, inclusive por meio de programas e atividades culturais, a criança e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal, em regime de apoio sócio-educativo em meio aberto, bem como assistência a suas famílias.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

## PROJETO DE LEI Nº 204/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de se apresentar autorização para se transportar tratores e/ou máquinas agrícolas usados, em todo o território do estado do Paraná.

Parágrafo Único. A autorização de que trata o *caput* do artigo 1º deverá ser expedida pela autoridade policial à que esteja jurisdicionada a pessoa jurídica ou física proprietária do maquinário citado.

Art. 2º Para os efeitos desta lei são consideradas máquinas usadas: tratores, colheitadeiras, arados, semeadeiras, aplicadoras de defensivos e outros implementos agrícolas de uso nas grandes, médias e pequenas propriedades.

Parágrafo Único. Ficam isentos desta lei os tratores e máquinas agrícolas novos e transportados diretamente da fábrica ou revendedor autorizado que possuem legislação própria.

Art. 3º O transporte à que se refere esta lei, é o transporte intermunicipal ou dentro de um mesmo município, para garantir o direito à propriedade do pequeno, médio ou grande produtor.

Art. 4º A fiscalização e cumprimento desta lei fica garantida à Polícia Militar ou Civil do estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A zona rural de todas as regiões do estado do Paraná, tem sido alvo de assaltantes inescrupulosos que prevalecendo da falta de efetivo do policiamento no interior tem promovido constantes assaltos - até com seqüestros relâmpagos - dando prejuízos altíssimos aos produtores rurais, sem contar com a falta de segurança pessoal que esses agricultores tem sentido na carne.

Dentre os agricultores, os que mais sofrem, são os pequenos e médios agricultores que adquirem os maquinários com grandes sacrifícios, através de financiamentos longos e com juros altos, e, de repente, se vêem privados dessas máquinas que são levadas pelos assaltantes, além de verem suas famílias expostas, constantemente, ao perigo.

Nesses assaltos são levados tratores, arados, semeadeiras, colheitadeiras e outros implementos agrícolas, os quais são transportados até em caminhões roubados dos próprios agricultores. Como as máquinas são usadas, e, comumente emprestadas ou locadas para outras propriedades, são transportadas sem nenhuma fiscalização ou suspeita de uma propriedade para outra com a maior tranquilidade pelos bandidos.

O objetivo desta lei é criar um mecanismo de controle de transporte e tráfego dessas máquinas dentro dos municípios ou intermunicipais, oferecendo meios para que a polícia militar ou civil possa se sentir respaldada para exigir uma documentação para dificultar esse transporte e inibir a prática do transporte das máquinas roubadas dos produtores rurais, prática muito comum nos dias de hoje.

Também não podemos impedir que o transporte legal seja feito, pois, isso atrapalharia o empréstimo ou locação dessas máquinas, principalmente na época das colheitas.

Assim a necessidade de se criar um documento que possa ser exigido no transporte dessas máquinas e ninguém melhor que a Delegacia de Polícia local que conhece as pessoas no interior, e, sabe praticamente quem são os proprietários das máquinas, para fornecer a autorização para o transporte desses maquinários de um lado para outro do município, ou de um município para outro. Por certo, esse documento vai inibir em muito o roubo, pois dificultará o transporte das máquinas.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos demais Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 205/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga - APAE de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga, ou, abreviadamente, APAE de Astorga, fundada em Assembléia Geral realizada em 06/09/66, é regulada por Estatuto próprio, por um regimento interno e pela legislação civil em vigor no país.

Trata-se de uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Astorga.

Seus objetivos são:

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos garantindo assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do estado e da Federação Nacional das APAEs.

Dentre os seus demais objetivos, pretende desenvolver, apoiar e estimular o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE de Astorga, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e eficiência e de apoio e orientação às famílias dos excepcionais e a sua comunidade.

Seus serviços são gratuitos.

Diante da apresentação da documentação necessária e exigida por lei, espero o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 206/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial.

§ 1º Os produtos a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, ficando proibida a disposição em depósitos públicos de resíduos sólidos e a sua incineração.



§ 2º Os produtos descartados deverão ser mantidos intactos como forma de evitar o vazamento de substâncias tóxicas, até a sua desativação ou reciclagem.

Art. 2º Os estabelecimentos que revendem os produtos a que se refere o *caput* do artigo anterior ficam obrigados a disponibilizar aos consumidores o serviço de recolhimento dos referidos produtos.

Parágrafo Único. O serviço deve ser disponibilizado através da manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

Art. 3º Os fabricantes de produtos de que trata a presente lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental.

Art. 4º Aos estabelecimentos que não cumprirem esta lei será aplicada uma multa de 500,00 (quinhentas) UFIRs, valor que será dobrado em caso de reincidência.

Art. 5º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Poder Público vem sendo sobrecarregado com o ônus ambiental produzido por nossa sociedade de consumo. Não podemos conceber que somente os órgãos públicos responsabilizem-se pelos resíduos que, de uma forma ou outra, prejudiquem ao meio ambiente e à saúde humana.

O presente projeto de lei visa envolver os fabricantes e os consumidores, conscientizando-os dos cuidados na destinação de produtos cuja composição contenha mercúrio metálico. Atualmente esse material acaba nos aterros sanitários de nossas cidades, contaminando o meio ambiente. Quando misturados ao lixo comum, impedem o aproveitamento da matéria orgânica nas usinas de reciclagem de lixo. Apenas uma pilha de relógio pode contaminar mais de uma tonelada de matéria orgânica de lixo doméstico ou 1.000 m<sup>3</sup> de água.

O mercúrio metálico pode causar sérios problemas de intoxicação. Seus vapores são rapidamente absorvidos por via respiratória e inclusive através da pele. Após a absorção, penetram geralmente no sistema nervoso e rins.

A exposição crônica ao mercúrio determina um quadro caracterizado por graves distúrbios neuropsíquicos, incluindo irritabilidade, agressividade, perturbações visuais, tremores e alterações do comportamento. Ocorrem também distúrbios gastrintestinais e renais.

Quanto à capacidade para legislar, o Parlamento encontra respaldo nos artigos 24 e 225 da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*(...)*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

*(...)*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*(...)*

*V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, método e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;*

*(...)*

*VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;*

Além disso, devemos observar também alguns artigos da Constituição Estadual, que dão legitimidade ao Parlamentar para legislar sobre a matéria pretendida:

*Art. 1º O estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:*

*(...)*

*IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.*

*Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:*

*(...)*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;*

*(...)*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valores artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

*§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:*

(...)

*VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;*

Desta forma, contamos com o apoio nos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que estabelece medidas preventivas que visam a conscientização da população e o chamamento para a responsabilização também dos fabricantes destes produtos.

#### PROJETO DE LEI Nº 207/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Departamento de Engenharia do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná com a competência da aprovação do alvará de liberação, assim como a inspeção das edificações, verificando a existência e o funcionamento dos equipamentos necessários para o combate a incêndios, no estado do Paraná.

Art. 2º O Departamento de Engenharia, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, delineará um plano de proteção contra incêndio, estabelecendo e tipificando os seguintes itens:

- a) características da edificação;
- b) classificação quanto a ocupação e uso;
- c) grau de risco;
- d) distâncias e elementos estratégicos disponíveis;
- e) instalações preventivas contra incêndios, referente a isolamento de risco, meios de fuga, meios de alerta e meios de combate;
- f) croquis de situação e localização;
- g) previsão do curso sobre utilização dos equipamentos;
- h) Anotação de Responsabilidade Técnico -ART.

Art. 3º Nos municípios onde não existir a presença do Corpo de Bombeiros, caberá ao Setor Técnico das Prefeituras Municipais a aprovação de projetos.

Art. 4º Caberá às Prefeituras complementar em âmbito municipal, através de lei municipal, o disposto nesta lei, atendendo as características próprias de seu município, os requisitos mínimos de segurança e os parâmetros universais de combate e prevenção contra incêndios.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa estabelecer normas de prevenção e proteção contra incêndios no estado do Paraná.

A proposta se faz necessária, visto que o Corpo de Bombeiros passará a ter a competência, após a inspeção das edificações, de aprovar o alvará de liberação, tornando assim, mais ágil a expedição do alvará de liberação.

A matéria determina também que o Departamento de Engenharia do Corpo de Bombeiros deve apresentar um plano de proteção contra incêndios, plano este de suma importância a toda a sociedade paranaense.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

#### PROJETO DE LEI Nº 208/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados, a retirar o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas, após a confirmação do pagamento do débito.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com a proposta, o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo devem retirar o nome do cidadão, obrigatoriamente, no prazo máximo de 48 horas após confirmação do pagamento do débito.

O projeto visa acabar com o desconforto, e talvez até mesmo aborrecimentos, que possam vir a ocorrer com a demora da retirada do nome do cidadão.

A proposta encontra amparo legal no Código de Defesa do Consumidor que dá amplas garantias de proteção ao cidadão.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de, em nome desta Casa, agradecer a presença dos agricultores familiares que aqui estão, representando a FETRAF - Sul. É uma alegria muito grande para nós recebê-los, força viva do trabalho na agricultura

do nosso país, orgulho para nós todos já que produzem grande parte dos alimentos da nossa nação. Sei que o motivo das vossas presenças aqui é uma causa justa, é uma luta para que nós tenhamos a diminuição do custo da nossa produção, a diminuição da dependência que temos com relação aos fertilizantes.

Enfim, como sempre é a luta dos agricultores para apenas e tão-somente ter direito de produzir e continuar sustentando a nação brasileira e produzindo não apenas para a população brasileira, mas para o mundo também.

Agradeço a honrosa visita dos nossos agricultores na nossa Casa de Leis hoje.

Muito obrigado.

### ***Pequeno Expediente:***

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Faço desde já a deferência aos colegas agricultores da FETRAF-Sul. Tenho a certeza que hoje eles estando aqui e o trabalho que é feito por esse Poder, venha ao encontro da demanda que eles trazem aqui hoje todos os membros do Poder Legislativo. Na pessoa de Nivaldo Oliboni quero saudar a cada um de vocês, ele que é o Presidente FETRAF-Sul.

A Assembléia Legislativa do Paraná criou uma Comissão Especial de Investigação para analisar o abuso do preço dos fertilizantes. Fizemos várias reuniões na Comissão Especial, inclusive, o Deputado Cleiton Kielse era o Relator, eu era o Presidente, a Deputada Rosane Ferreira membro dessa Comissão e demais Deputados que participaram de algumas reuniões.

Essa Comissão se constituiu pela articulação, no início da Deputada Luciana Rafagnin, que é do sudoeste e hoje não pôde estar aqui, em função de estar com atestado médico. Mas, certamente, se orgulharia muito de usar esta tribuna e falar da luta dela também em favor dos agricultores.

Essa semana, na segunda-feira, tivemos uma grande Audiência Pública onde tratamos da temática com profundidade.

E no dia de hoje, esses gloriosos trabalhadores rurais foram na frente, a antiga Ultrafertil, hoje atual Fosfertil, faz 15 anos que a Ultrafertil foi privatizada e hoje eles se dirigiram até lá. Qual é o pedido deles? Que eles consigam comprar adubo mais barato. Ficou provado aqui na Audiência Pública que existe um oligopólio, absolutamente, poucos fornecedores para milhões de consumidores. Isso é oligopólio. Ficou evidente pelos dados do Ministério da Agricultura a constatação real de que no país há um controle e uma manipulação de preço de acordo com a vontade da Bunge e da Cargil, Grupo

Mosaique, que são hoje os detentores de pelo menos 75% a 80% de todo mercado de fertilizantes.

Saídas que foram apontadas e coisas que já avançaram depois da Audiência Pública. Ontem falávamos com o Secretário Valter Bianchini e ele já me cobrava: “Vamos colocar no papel aquilo que foi definido aqui na PETROBRAS. Vamos ao Presidente Lula, vamos ao Ministro Stephanes e vamos fazer com que haja uma intervenção no estado nesse segmento.”

Há um conceito já, inclusive, Deputado Plauto, V. Exa. é de uma concepção neoliberal, mas até nisso conseguimos pensar a mesma coisa.

A onda privatizante nesse setor foi danosa para os produtores, tanto é que na safra passada comprávamos o adubo, 4, 20, 20, pagávamos 40, R\$ 45. Hoje sabem quanto custa? De 90 a R\$ 100.

Por isso que os produtores estão aqui. Só tem um jeito para acabarmos com essa concentração de forças: a PETROBRAS tem que entrar no negócio de novo. Infelizmente, Deputado Plauto Miró e Deputado Elio Rusch. Então, vejam só, até quem tem concepção do estado mínimo compreendeu que o modelo neoliberal de vender aquilo que é estratégico não é bom, que o capital quando concentra e acumula, explora, explora os produtores e os retira do campo.

Então, vamos fazer um esforço grandioso. Precisamos ir em breve para Brasília e levar os seguintes encaminhamentos: que se façam estudos via PETROBRAS, sendo que o Ministério da Agricultura já tem uma Comissão constituída para que consigamos fazer intervenção. E de que forma?

Talvez construir, via PETROBRAS, algumas fábricas no Brasil, talvez em parceria com cooperativas adquirir os insumos para dar uma regulada no preço.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Então, os encaminhamentos da Audiência foram muito claros e precisamos agir com muita propriedade a nível federal. Trabalhar com o Ministério da Agricultura, que já tem Comissão Especial constituída, trabalhar com pesquisas alternativas de nutrientes que substituam essa dependência do NPK químico, porque existem nutrientes, principalmente para a agricultura familiar, que certamente são possíveis de serem trabalhados para ser uma alternativa para que consigamos baixar os preços. Mas, o mais rápido, certamente, é trabalhar para que haja uma intervenção do estado.

Então vamos, junto com a Comissão de Agricultura, através do Bloco Agropecuário e da Comissão de Meio Ambiente, todas as comissões que estiveram envolvidas nessa Audiência Pública que o Professor Luizão coordenou na segunda passada e os Deputados que tiverem interesse, faremos essa agenda positiva em Brasília para demandar esses pleitos de fazer com que, de fato, consigamos amenizar o custo da produção, ainda mais no momento histórico em que vive o país.

Eu já falava desta tribuna que, de fato, temos a faca e o queijo na mão: produzir comida com qualidade. Agora, não serão empresas que controlam venda de fertilizantes e de outros insumos para a agricultura que vão retirar os lucros dos nossos produtores. Temos que ser fortes e firmes e o Governo brasileiro certamente adotará medidas estratégicas, porque o lucro dos produtores não pode ser tomado dessa forma, onde o capital privado quer explorar os nossos produtores.

Concedo um aparte primeiro ao Deputado Professor Luizão e depois ao Deputado Plauto Miró.

#### **O Sr. Professor Luizão (PT)**

Elton Welter, parabéns pelo seu pronunciamento! Essa questão do monopólio dos fertilizantes, só vamos poder alterar esse quadro com os movimentos que os trabalhadores estão fazendo, assim como esse de hoje. Porque se deixarmos como está, todos perdemos e a sociedade perde, porque vai comprar os alimentos mais caro por conta dos insumos que estão embutidos nos fertilizantes.

Então, acredito que esse movimento que já começou há algum tempo, esse descontentamento dos próprios trabalhadores da Ultrafertil após a privatização, o prejuízo que estão tendo os pequenos e médios produtores rurais, que não conseguem comprar o adubo no atacado, não conseguem comprar os fertilizantes a não ser que comprem um mínimo de 27 toneladas na fábrica, têm que comprar mais caro do atravessador e o grande produtor rural também perde, porque a sua soja, que também depende de fertilizante, vai ser menos competitiva no mercado internacional.

Então, essa questão dos fertilizantes é uma questão séria e que não podemos terminar só com esse movimento da Audiência Pública, mas acho que ela foi um início dessa conversa. Devemos fazer Audiências regionais, para poder envolver mais trabalhadores nessa questão e muita gente não sabe que hoje algumas empresas controlam o setor de fertilizantes não só no Brasil, mas no mundo, e o Brasil como é o 4º consumidor de fertilizantes do mundo, só perde para a China, a Índia e os Estados Unidos, não é possível que tenha que importar mais de 70% do fertilizante. Então, o Brasil nesse sentido, sai perdendo muito.

Parabéns pelo pronunciamento, e vamos procurar fazer outros movimentos, vamos procurar fazer Audiências regionais, vamos envolver os pequenos agricultores para que possamos reverter essa situação.

E uma outra questão, muitos municípios têm que fazer a coleta seletiva do lixo reciclável. Fora o lixo orgânico, todo o outro lixo, praticamente tudo é reciclado. E o lixo orgânico, o que fazemos com ele? Compostagem, que serve de adubo. Então, vamos buscando alternativas também ao fertilizante tradicional. Podemos usar essa compostagem de lixo orgânico para fazer adubo e fornecer aos pequenos produtores dos municípios paranaenses.

Era isso. Conte com o nosso apoio para essa luta contra o monopólio dos fertilizantes.

#### **O SR. ELTON WELTER (PT)**

Eu lhe agradeço o aparte.

Inclusive essa Audiência que fizemos na segunda, e ontem tive oportunidade de dar um toque ao Governador, ele certamente encampará junto essa luta para que encontremos uma alternativa no estado, e o Paraná que é um estado que mais produz alimentos do Brasil, tem o maior PIB agropecuário brasileiro e certamente uma bela bandeira paranaense, independente dos partidos políticos.

Então, certamente precisamos difundir. E só vamos ter força com a mobilização dos produtores, porque eles reclamam, e reclamam com razão.

#### **O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Ouçó com atenção o seu pronunciamento relatando aqui aquilo que aconteceu na segunda-feira nessa Audiência Pública que debateu a privatização da Ultrafertil, e em especial a alta dos fertilizantes no Brasil. E dentro de toda essa discussão ficou claro, é um problema que o mundo enfrenta hoje, o aumento dos fertilizantes, sendo que tudo aquilo que aqui foi discutido concentra-se no mundo inteiro, na mão de poucas empresas, as minas que têm de fósforo e de potássio. E naturalmente o nosso país acaba produzindo muito pouco daquilo que consome. E só tem uma solução, na minha avaliação: aqui ficou claro que existem várias minas de fósforo, existe uma mina de potássio, só que elas precisam ser exploradas. E só vamos conseguir amenizar esse problema do custo dos fertilizantes se o Governo voltar a agir nessa área, porque sem o capital do Governo, sem o dinheiro do Governo para extrair e explorar essas minas de fósforo e de potássio, não vamos ter, a custo prazo, uma diminuição no custo dos fertilizantes, que é o que todos queremos para os pequenos produtores, para os médios produtores e para os grandes produtores. Setenta por cento da matéria-prima é importada, e o Governo Federal, a PETROBRAS, tem que colocar o seu braço novamente para produzir a matéria-prima dos fertilizantes no nosso Brasil, o nitrogênio, botar as mãos lá no fósforo, no potássio, porque senão cada vez mais nós produtores brasileiros vamos pagar um alto preço nos fertilizantes, que vai acabar inviabilizando a atividade agrícola, fazendo com que o custo de produção seja maior que o custo de venda daquilo que a terra produz.

Obrigado.

#### **O SR. ELTON WELTER (PT)**

Eu que agradeço, e tenham certeza os produtores que esta Casa está unificada nesta temática e vamos fazer todos os esforços possíveis dentro dos limites do Poder Legislativo, naturalmente. Nossa articulação, tanto da minha Bancada, eu estou usando o horário da Liderança do PT, somos do partido do Presidente Lula, e vamos levar ao Presidente Lula, vamos conversar com o Lula, vamos tratar do tema com ele, as organizações dos trabalhadores rurais

também têm as suas Audiências com o Presidente Lula, e estamos convictos de que algumas coisas serão feitas e amenizarão, pelo menos a médio prazo, esse abuso que é exercido por esse oligopólio dos fornecedores de insumos, principalmente na área de fertilizantes.

Sr. Presidente, uma temática fora desse assunto, para concluir o meu pronunciamento, no dia de hoje entrei com uma indicação legislativa, propondo ao Governo do Estado do Paraná, instituir um programa estadual de crédito fundiário. E também firmar um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA, a fim de integrar e potencializar ações de reforma agrária no estado do Paraná, com aquisições de imóveis, com pagamento nos termos da Lei Federal nº 8629/93.

Tratei desse tema com o Governador. É uma indicação legislativa para fazer estudos para aquisição de áreas e diminuir os conflitos agrários.

Existe um convênio que está anexo a minha indicação legislativa, que foi celebrado pelo Governo do Rio Grande do Sul. E lá o MDA já participou, nesse convênio, com recursos para adquirir terras e amenizar o conflito agrário e assentar famílias.

Como hoje no Brasil há créditos suficientes e, em todos os assentamentos que são feitos têm garantia de créditos, de energia elétrica, de assistência técnica.

Portanto, não adiante só assentar, tem que criar condições de acesso ao crédito, assistência técnica e condições para que o pequeno produtor fique na propriedade.

Não existe nenhum assentamento, no Brasil, que não se vê energia, estrada, casa, crédito e assistência técnica.

Os estudos serão feitos pela Secretaria da Agricultura. E, acredito que o Governador acatará a idéia. E, certamente, diminuiremos o conflito agrário que existe no estado do Paraná.

Foi um encaminhamento que foi retirado das nossas Audiências Públicas no Bloco Agropecuário, no ano passado.

E, agora chegou a maturidade, o momento do estado do Paraná fazer os estudos e, quem sabe, implementar esse convênio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

### ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar os trabalhadores e representantes da luta em defesa da agricultura brasileira, contra o monopólio dos fertilizantes e, em favor também dos trabalhadores da Ultrafertil, que vêm sofrendo muito com a privatização.

Ontem votamos o reajuste aos servidores de 5%, proposta do Governador Roberto Requião.

Na verdade, estávamos cumprindo uma determinação legal, que votamos no ano passado. A lei que aprovamos no ano passado, definindo a data-base dos servidores públicos foi um grande avanço no estado do Paraná. Os trabalhadores, antes, tinham que fazer mobilizações para poder conversar com o Governo.

Da forma como está previsto em lei, todos os servidores têm segurança que terão, em maio, onde será possível recompor as perdas do período.

Evidente que os representantes das diversas categorias, assim como eu professor, gostaríamos de ter muito um reajuste melhor para os professores.

Estamos lutando para isso! Não estamos apenas fazendo discursos aqui nesta Casa.

Estamos fazendo reuniões com as diversas Secretarias, junto com a APP-Sindicato para que consigamos, através de estudos, de muita conversa, um reajuste diferenciado.

Compreendo também que não é nesse momento. Disseram, muito bem, diversos Deputados, mas principalmente o Deputado Jocelito Canto que frisou, com muita propriedade, que não é possível você contrariar a Constituição do nosso estado, que prevê que revisão anual é sempre na mesma data, com o mesmo índice e não é possível fazer diferenciação entre as categorias profissionais.

É evidente que eu tinha pretensão, já tínhamos acordo para votar uma emenda do Deputado Tadeu Veneri, aprovamos uma, mas a outra emenda que permitisse a todos os servidores receber no mês de maio, e não diferenciado como foi no ano passado, acho que seria um avanço importante se conseguíssemos que todos tivessem na mesma data, ou seja, no mesmo mês o reajuste salarial, para não haver diferenciação, senão iremos ter a mesma situação que tivemos no ano passado: os professores de uma escola recebem reajuste e os funcionários da mesma escola vão esperar dois, três meses para receber.

Deputado Jocelito, pelos números, acredito que a execução orçamentária que estamos acompanhando, que o orçamento permite e acredito também que o fluxo de caixa vai permitir ao Governo, se tiver essa possibilidade, não tenho dúvida nenhuma que o Governador vai pagar todos os servidores, em maio agora, com o mesmo índice de reajuste dos 5%. Lamentavelmente, tivemos o problema de que as emendas foram todas agrupadas e, mesmo querendo votar apenas em uma outra emenda, tivemos que votar ou contra todas, ou a favor de todas.

Tenho consciência de que se fossem aprovadas todas as emendas como estavam agrupadas, embora eu tinha pretensão de votar naquelas que tinha definido, e contra os professores jamais votaria, porque sou professor, defendo essa categoria, mesmo entendendo que não era essa a forma de dar um tratamento diferenciado. Já temos uma reunião para sexta-feira, na Secretaria da Educação,

onde vamos pleitear para os professores um reajuste diferenciado. Tenho conhecimento que os profissionais do ensino superior já estão em negociação para terem um reajuste de tabela, na sequência, mas esta é a forma correta, é a negociação, é a consciência, é o bom senso para poder pleitear um reajuste diferenciado. É evidente que não, no momento da revisão geral anual, em que todos os servidores devem ser tratados indistintamente.

Se fosse aprovadas todas aquelas emendas, ontem, do jeito que estavam agrupadas, não tenho dúvida de que o Governador teria que vetar, se não as emendas, o projeto todo, prejudicando todos os servidores, porque não poderia sancionar uma lei totalmente controversa e inconstitucional. Como ela iria ficar com todas aquelas emendas, com reajustes diferenciados para esta ou aquela categoria, inclusive emendas contraditórias umas com as outras? Acredito que prevaleceu o bom senso no final, e vamos continuar a luta para a recuperação, principalmente dos professores do estado do Paraná, recuperação do seu poder aquisitivo e uma maior justiça em relação aos outros servidores com o mesmo grau de instrução.

Era isso. Obrigado pela atenção, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello, do Partido dos Trabalhadores, por cinco minutos.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, saudar os agricultores, trabalhadores rurais, produtores familiares que vêm, mais uma vez, a esta Casa lutar pelos seus direitos. Não há segmento social, no Brasil, que tenha sido tão prejudicado, ao longo das últimas décadas. O país que atravessou um dos processos mais cruéis da humanidade de concentração da terra. É comum ouvirmos pessoas dizendo que algumas pessoas que ocupam uma terra não têm tradição agrícola. É muito interessante como a ideologia trabalha. Milhões de homens e mulheres perderam suas terras no Brasil, principalmente na década de 70 e, agora, quando alguém ocupa uma terra, não tem tradição agrícola. Mas isso faz parte de uma luta histórica, com a afirmação de um país mais democrático, mais distribuição de renda. Quero saudar todos os presentes.

A questão dos fertilizantes, uma questão estratégica até de segurança alimentar e segurança nacional. Principalmente a pequena produção familiar está espremida, imprensada porque compra os seus insumos no mercado altamente oligopolizado e paga um preço muito alto por isso e vende seus produtos também no mercado oligopolizado dos grandes atacadistas. A luta estratégica no Brasil é para resolver a questão dos fertilizantes e

insumos da pequena produção familiar principalmente, e resolver também a questão da venda dos produtos e comercialização. Parabéns a vocês por essa luta e todos vocês sabem que podem contar sempre com o nosso apoio, que essa é uma das razões do surgimento e da luta histórica do partido dos trabalhadores. Parabéns a todos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho muito feliz a esta tribuna, houve uma negociação hoje entre os Secretários de Governo, Planejamento, Ciência e Tecnologia e Administração com o Sindicato dos Docentes das Universidades Públicas Paranaenses que é um setor que tem o seu salário muito defasado. Sei, porque sou professor licenciado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para terem uma idéia, um professor auxiliar de ensino 40 horas, que faz concurso, ganha R\$ 1.117,94.

O Governador Requião já avançou com relação aos servidores, mas essa negociação vem se arrastando há bastante tempo, com mobilização permanente das instituições de curso superior e hoje pela manhã conversei com dirigentes sindicais e eles estão muito otimistas. Porque o Governo acena além desse aumento de 5% que aprovamos ontem, um aumento de 22,5% em média para todas as categorias docentes, desde auxiliar de ensino até o titular. Aquele que está mais defasado tem um aumento de 30% e os demais 20%. Claro que não é tudo aquilo que os docentes das universidades públicas do Paraná esperavam, mas é um grande salto e mostra que esse Governo tem um compromisso estratégico com os servidores públicos. Claro que às vezes a vontade é uma, mas a realidade orçamentária pede que a nossa vontade de governante seja realizada. Mas, acho que o Governo demonstra mais uma vez o seu compromisso estratégico com a melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, o resgate do patrimônio público e por consequência a valorização do servidor.

Por isso, me sinto tranquilo em ter me posicionado ontem com a Bancada do Governo. Muitas pessoas que assistem têm um pensamento confuso. Minha filha chegou para mim e disse: olha pai, uma amiga minha que é esposa de policial militar disse que não vai votar no senhor porque foi contra o aumento. Deixar claro que não fomos contra o aumento de ninguém. Pelo contrário, todos somos a favor do aumento de 5%, mas entendemos que não é de forma ilegal, inconstitucional, que podemos fazer emendas. Gera uma confusão enorme. Aumento salarial significa planejamento financeiro do estado. E agora sim, depois desse aumento geral de 5%, temos que continuar lutando principalmente com as categorias que estão mais defasadas em seus salários.

Com relação à Polícia Militar, tenho um projeto que está em tramitação nesta Casa criando o estímulo operacional que é uma espécie de hora-extra para os policiais militares. Vamos defender a melhoria de condições para os policiais militares como para os professores da rede pública. Mas agora, depois de equalizado o aumento e aprovado por esta Casa, participar da mobilização de outros segmentos que têm os seus salários defasados.

Para concluir, Sr. Presidente, estou muito otimista com relação à questão da VIZIVALE. Esperava poder subir a esta tribuna hoje com uma notícia concreta da Educação. Mas, acredito que até o final da tarde de hoje teremos uma resposta positiva na questão da regularização dos diplomas. Entreguei pessoalmente ao Ministro Fernando Haddad, na segunda-feira, que esteve aqui inaugurando uma escola com o nome da mãe do Governador Requião. Conversei, esclareci muitas coisas, entreguei a moção de apelo assinada por 54 Deputados desta Casa para que se dê uma solução definitiva para esse problema que aflige toda a Educação Pública do Estado do Paraná.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, por cinco minutos.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Primeiramente, gostaria de me dirigir ao Deputado Elton Welter, ao Deputado Professor Luizão, e dizer que ouvi com muita atenção o pronunciamento dos mesmos e colocar que em respeito aos trabalhadores da agricultura, aos trabalhadores da Ultrafertil, coloco nosso mandato à disposição e sou parceria, sou parceira, Deputado Elton Welter, Deputado professor Luizão, da luta em defesa desses segmentos.

Mas o que me trouxe aqui, Sr. Presidente, é registrar o meu lamento com relação à saída da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente.

(Lê):

“A Senadora licenciada e ex-Ministrado do Meio Ambiente, Maria Osmarina Silva de Souza, que adotou o nome de Marina Silva, nasceu em 08/02/58, no seringal Bagaço, no estado do Acre. Trabalhou como empregada doméstica e se alfabetizou pelo MOBREAL. Fez supletivo e, aos 26 anos, formou-se em História pela Universidade Federal do Acre.

Com Chico Mendes, fundou a CUT no Acre em 1984 e filiou-se ao PT em 1985. Foi a Vereadora mais votada de Rio Branco em 1988, a Deputada mais votada em 1990 e a Senadora mais votada em 1994. Reelegeu-se em 2002. Marina venceu várias doenças: teve malária cinco vezes, hepatite duas vezes, leishmaniose e contaminação do sangue por mercúrio.

Depois de chegar a ser Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva pediu demissão ontem, no mesmo dia em que foi aprovada na Câmara Federal a Medida Provisória nº 422/08 que aumenta de 500 para 1.500 hectares o limite da área que pode ser vendida pela união para uso rural, sem processo de licitação na Amazônia legal. Deixa muita desilusão e a tristeza de um país que não consegue deter a degradação ambiental. Após ser considerada derrotada na

sua luta contra os transgênicos, a construção de hidrelétrica sobre o rio Madeira e o avassalador desmatamento da floresta Amazônica, Marina enfrentou uma série de desgastes provocados por ações do Governo com as quais não concordava.

Marina sempre dizia em seus discursos: Perco o pescoço, mas não perco o juízo. Ela é um exemplo de vida, de luta e também um exemplo de mulher. Para ela, a defesa ambiental não significa um entrave ao desenvolvimento do país. Dizia que era necessário o casamento entre o setor produtivo e o ambiental e que o desenvolvimento econômico nacional era possível sim, de acordo com diretrizes e iniciativas sustentáveis. Marina era considerada uma espécie de modelo em defesa do meio ambiente no exterior e, apesar da imprensa considerá-la uma voz isolada no Governo, ela faz parte do rol de pessoas que guardam consigo muito prestígio internacional e é possível candidata ao prêmio Nobel da Paz. Acreditamos que Marina não falava com as paredes, talvez não fosse ouvida pelo Governo brasileiro, mas era ouvida pelo restante do mundo!

E quanto a nós resta apenas lamentar e deixar nesta Casa o registro desse lamento. E a certeza que o desenvolvimento a qualquer custo terá sempre um grande custo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa saudação aos pequenos agricultores do Paraná que prestigiam a Sessão, na tarde de hoje, e com certeza vêm aqui para reivindicar interesses da pequena propriedade desse estado.

Sr. Presidente, o motivo da minha presença na tribuna, na tarde de hoje, na verdade é para tornar público um feito que considero importante, até porque tenho certeza que milhares de paranaenses, através da TV SINAL, estão nos assistindo nesta tarde e é o momento oportuno para tornar público, levar ao conhecimento da população paranaense a sanção governamental de um projeto de nossa autoria que tramitou nesta Casa com o apoio praticamente unânime dos Srs. Deputados. E para nossa alegria recebemos da Mesa, esta tarde, a informação oficial do Sr. Governador comunicando a sanção governamental do projeto de nossa autoria que foi transformado na Lei nº 15815.

Este projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata da proibição da utilização do capacete quando os moto-boys, os motoqueiros estiverem adentrando nos postos de gasolina de todo estado do Paraná, bem como quando estiverem entrando nos prédios públicos ou privados. O nosso objetivo sempre foi proteger a segurança do cidadão paranaense e eu julgo este feito como uma conquista

da Assembléia Legislativa do Estado porque tenho ouvido os Srs. Parlamentares fazerem aqui algumas reclamações que de nada adianta legislar porque o Governador Requião acaba vetando a grande maioria dos projetos por julgar inconstitucional. Lembro que o próprio Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. que foi um grande defensor da nossa idéia, quando da tramitação deste projeto lá na CCJ, defendia a inconstitucionalidade do nosso projeto.

Não teve esta leitura o Governador Roberto Requião por compreender e entender que é um projeto de uma extensão, em termos de benefício, tão grande para a segurança dos paranaenses que acabou sancionando o projeto de nossa iniciativa. Fiquei surpreso, é lógico, porque aqui tenho feito discursos muitas vezes contundentes com relação ao Governador Roberto Requião, não criticando o Governador na sua postura pessoal, mas sim como governante. Mesmo no dia que recebi o comunicado da sanção, naquele mesmo dia havia feito uma crítica muito forte e áspera ao Governador porque ele procurava intrometer-se em ações da Assembléia Legislativa do Estado. Recebi uma ligação do Governador que me dizia: “Deputado Traiano, apesar de tantos problemas V. Exa. me dá uma alegria em apresentar um projeto inteligente como esse que é o da proibição dos capacetes.”

Por isso, uso a tribuna na tarde de hoje, para comunicar oficialmente a Casa, aos senhores paranaenses da alegria de poder realmente comemorar com todo esse Parlamento, porque a conquista não é só do Deputado Traiano que foi quem propôs o projeto, mas sim por contar com o apoio integral dos Parlamentares no sentido de abraçar essa causa que, com certeza, vem ao encontro da segurança de todos os paranaenses.

Era apenas este registro que queria fazer, Sr. Presidente, a toda Casa e aos paranaenses. Por essa razão quero aqui de público também agradecer ao Governador por essa iniciativa de sancionar o nosso projeto de ser ele de alto interesse dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por cinco minutos.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria aqui fazer um agradecimento ao Secretário Maurício Requião. No dia de hoje, pela manhã, nós conversamos por cerca de 30 minutos no rádio, e tratamos daquele tema que levantei ontem aqui, que institui a questão da compra do Seminário Verbo Divino, que é sem dúvida nenhuma um grande sonho de todos nós de Ponta Grossa e, também, do Paraná, com a idéia de a princípio se levar o Instituto de Educação para aquele local, que vai passar por reformas e em seguida, também,

que no próximo ano possa funcionar lá nesse local, no Seminário Verbo Divino, um curso especial, no sentido de termos o dia todo, período integral de aulas de 5ª a 8ª série.

Trouxe aqui algumas fotos que gostaria de mostrar aos senhores, pela televisão, para as pessoas verem como que é esse seminário. Aqui uma foto da fachada, outra foto mostrando os quatro pisos, é muito grande esse estabelecimento. Uma outra foto que mostra uma parte dos fundos, inclusive, com uma piscina que pode ser feita, na sequência, um trabalho com crianças. Uma piscina maravilhosa. Mais uma parte do educandário que mostra uma outra parte, são 11 mil m2. Uma foto que marca a parte interna. Uma parte da ecologia, mostra o bosque que há junto ao seminário. Uma quadra de esportes já pronta, mais uma quadra com bosque do lado do seminário. Temos os corredores grandes, veja à importância dessa obra, os corredores grandes, veja à importância dessa obra, os corredores por dentro, é maravilhoso, todo ele azulejado, as escadas, olha o material dessa obra beatificada. Alguns momentos o colégio tem madeira dentro dos corredores também, é uma parte muito importante, tem madeira, na parte interna, em volta, nos corredores. Veja que maravilha é este estabelecimento. Um teatro. As salas de aula que podem ser confeccionadas em número de 50 a 60 salas de aula. E as salas de aula que estão prontas para serem usadas, em perfeitas condições. Temos uma biblioteca maravilhosa, que está funcionando. Aqui uma parte religiosa muito bonita que é uma capela religiosa, que é muito grande.

Feito isso queria agradecer ao Secretário Maurício Requião, que demonstrou total interesse, Deputado Romanelli, na compra desse estabelecimento. O Secretário nos garantiu que nos próximos dias estará em Ponta Grossa para tratar desse assunto.

E ao mesmo tempo, a idéia de colocar o Núcleo de Educação também nesse local, já que o estado paga aluguel.

É um bom momento para a cidade, a oportunidade de termos esse Seminário Verbo Divino à disposição da Educação de Ponta Grossa.

É uma solução importante, acho que fará muito bem aos alunos do Instituto, e aquela idéia maravilhosa de termos a partir do ano que vem, depois das reformas do Instituto, termos um colégio integral funcionando na nossa cidade.

Agradeço o Secretário Maurício Requião pela atenção, que ele possa conhecer pessoalmente essa obra e apreciar como é importante para Ponta Grossa e para a Educação.

Muito obrigado!

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, passamos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.



## **Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna nesta tarde utilizando o Grande Expediente para falar de um evento, Deputado Cheida, que V. Exa. estará participando amanhã.

Amanhã a sociedade civil organizada e duas entidades que compõem a Associação de Municípios do Norte Pioneiro realizam um evento sob o patrocínio da Secretaria de Estado de Planejamento. E aí temos que destacar o empenho do Secretário Enio Verri em promover esse evento. E ao mesmo tempo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano.

Chamo atenção de V. Exa. porque o norte pioneiro é a região que represento nesta Casa. Dos 892 mil votos que fiz nas últimas eleições, 46 mil foram de pessoas que vivem nessas regiões.

São 45 municípios onde vivem aproximadamente 600 mil pessoas e é uma região seguramente portadora de grandes desafios. Há uma área de exclusão de desenvolvimento econômico, que eu diria em grande escala, é a divisa do Paraná com São Paulo - rio Paranapanema com o rio Tibagi.

Essa é uma área de exclusão do desenvolvimento econômico.

Digo isso porque basta V. Exas. verem qual é o melhor indicador para podermos ver o PIB de uma região e de um estado. O Paraná, no ano de 1999, tinha um PIB de R\$ 61 bilhões e 700 milhões. O norte pioneiro tinha um PIB de R\$ 1 bilhão e 200 milhões.

Como V. Exas. sabem, é a soma de todas as transações econômicas de valor monetário, não são as financeiras, são as trocas econômicas, é a geração da riqueza.

Em 2004, o Paraná alcança um PIB de R\$ 108 bilhões e 600 milhões. O norte pioneiro também cresce R\$ 2 bilhões e 100 milhões. Mas enquanto a região oeste do Paraná e todas as regiões cresceram, o norte pioneiro decresceu.

O norte pioneiro tinha uma participação de 2% no PIB paranaense; caiu para 1,9%.

Esse quadro que não tenho ainda fechado são dos dados estatísticos fornecidos pelo IPARDES. Mas esses dados, eles demonstram que nos últimos anos esse decréscimo continua. E por que coloco dessa forma, Exas.?

Porque sabemos que para explicar o baixo desenvolvimento, o baixo dinamismo econômico de uma região, você não explica isso pela ausência de políticas públicas. E digo isso com o conhecimento de quem representa essa região, porque se uma região recebeu investimentos das políticas públicas nos últimos anos, foi o norte pioneiro, com recuperação, restauração e reconstrução de todas as rodovias estaduais e federais, investimentos muito pesados na implantação da infra-estrutura urbana, no esgotamento sanitário da cidade, ou seja, uma região onde temos um baixíssimo índice de rede coletora de esgoto e de tratamento desse esgoto.

A ausência de investimento mais significativos de indústrias de grande porte e até naquela visão ultrapassada, passiva, esperando que alguma indústria fosse se instalar na região, mas a última grande indústria que se instalou no norte pioneiro foi a Companhia Iguaçu, de café solúvel, que se instalou no início da década de 70, em Cornélio Procópio, que ainda é uma grande indústria, uma grande empresa, mas é a maior e de lá para cá nenhuma grande indústria se instalou, enquanto vemos aqui um proliferado de indústrias na região metropolitana de Curitiba, um florescimento mesmo desse eixo de Londrina, Maringá, do oeste paranaense e do sudoeste, mas a nossa região, o norte pioneiro, é uma região que infelizmente ficou para trás.

Então, entendo que na verdade há uma responsabilidade. Durante a campanha eleitoral eu dizia que não vamos conseguir modificar essa relação de baixo dinamismo da economia e, claro, isso se reflete nos índices. Acabei de dizer que dos 600 mil habitantes que compõem essa região, apenas 11 mil e 300 pessoas têm curso superior, ou seja, menos de 2%. E por isso a luta para a implantação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, em Jacarezinho, como também da ida do CEFET para Jacarezinho, dos investimentos que o CEFET está fazendo em Cornélio Procópio, do esforço da implantação da Universidade Aberta do Brasil em Siqueira Campos, que é fantástico, que é a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que está lá gratuitamente, no ensino à distância, levando o curso superior gratuito para as pessoas. Estou colocando isso porque a realização desse Fórum é um momento, porque o que se pretende amanhã?

Amanhã, às 9h, em Jacarezinho, onde certamente muitos Parlamentares daqui estarão presentes, será o momento de iniciarmos um processo de discussão sério e não uma prosopopéia para termos discursos politicamente corretos, mas uma discussão aprofundada com técnicos e com a sociedade civil organizada sobre quais são os mecanismos para poder, de fato, com esse Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Norte Integrado, conseguir de fato modificar a relação.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins e na sequência ao Deputado Cheida.

### **O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)**

Parabéns por levantar essa questão da maior importância que é o norte pioneiro. Creio que vou usar o horário da Liderança do PDT para falar do norte pioneiro, mas eu lhe parablenizo por levantar essa questão e pelo interesse, aquela região tão esquecida e tão abandonada, cada vez mais pobre, mais miserável, e com um povo tão bom, tão honrado.

Creio, Deputado Romanelli, que parece-me, a sensação que nós temos, que onde chega a cana, chega a pobreza. E me arrepio, conheço aquela terra, conheço aquela região, conheço palmo a palmo aquela região, onde chega a cana parece-me, a sensação que dá é que chega a miséria, tanto é que nós temos um projeto aqui,

um projeto em parceria com o Reni Pereira, porque o Deputado Reni tem uma experiência tributária muito forte, tratando dessa questão da cana.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado. Além da cana, 42% do território é ocupado pela pecuária.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Solicitei esse aparte para parabenizar V. Exa. porque sei que V. Exa. é um dos grandes incentivadores desse tipo de articulação e debate, que inclusive foge da região do norte pioneiro e avança até a região de Jataizinho. Ou seja, a AMUNORPI e a AMUNOP, que são municípios que pertencem a essas duas regiões, e V. Exa. conseguiu fazer essa motivação política e institucional para que o debate fosse verificado. O grande mérito além desse é de que me parece que o debate é sobre o desenvolvimento econômico sustentável, o que significa desenvolver hoje e garantir para amanhã. E tenho certeza absoluta que aí já começa uma grande diferença. Talvez V. Exa. traga essa experiência de amanhã para que em outras regiões do Paraná se façam debates semelhantes. Mas o aparte era para parabenizá-lo pela iniciativa, que sei que tem muito do seu trabalho e boa vontade nela.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Cheida.

Mas quero deixar registrado que essa iniciativa, claro, foi uma discussão que nós tivemos com os Prefeitos que integram as duas regiões, com todos os Parlamentares de forma suprapartidária, porque o Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Norte Integrado não é meu, ele é na verdade um processo coletivo de construção de uma nova realidade para a nossa região.

E entendo, Deputado Cheida, que V. Exa. que tem um papel muito importante nesse processo, que está participando e vai participar muito mais, nós sabemos, o Fórum tem que se desdobrar, o Fórum do termo de adesão, que certamente será oferecido a cada um dos municípios e entidades para participarem desse Fórum, para integrarem esse Fórum, certamente desdobraremos para que possamos de fato em cada município poder estabelecer um Fórum local. E por que esse ano? Porque esse é o ano político das eleições, é o engajamento, as teses do Fórum são justamente sobre a sustentabilidade, ou seja, enquanto V. Exa. falava eu olhava o termo de referência, é isso mesmo, economicamente viável, socialmente justa, ambientalmente correta, culturalmente diversificada, ou seja, é uma prática diária de consertação no sentido de articulação de promover de fato a implementação, a adequação das ações, que tem e deve ser desenvolvido, ou seja, respeitam harmonicamente o ambiente que nós vivemos.

Mas, fundamentalmente, consiga fazer nas pessoas uma reação pró-ativa, ou seja, a favor da região, no sentido de falar: “Olha, nós temos que explorar os potenciais econômicos dessa região”.

E aí, o que eu entendo é o seguinte: o grande capital social que temos é a sociedade civil organizada. E esta é fantástica no norte pioneiro. Ela é emergente, muito forte. E, com ela poderemos ter as pessoas, coletivamente, construindo um sonho, de modificar a região, dando um salto cultural com as modificações que faremos.

Conversava com o Secretário Enio Verri, para quem não conhece ele é mestre em planejamento regional, doutor em integração da América Latina, para tentar explicar como estamos ao lado da região mais rica do país, que é o interior do estado de São Paulo, e sermos tão pobres?

Talvez a explicação seja essa, de estarmos ao lado da região mais rica do país, e por isso somos tão pobres no norte pioneiro.

Temos que acreditar nessa proposta. Investir pesado nela. Estruturamos os eixos para poder promover essa discussão, mas é uma discussão suprapartidária. Esse povo merece, de fato, experimentar um período de crescimento econômico, porque é um povo trabalhador. E, um povo que já contribui muito, porque foi por ali que começou todo o desenvolvimento da economia cafeeira no nosso estado, que foi a grande epopéia da interiorização do desenvolvimento do estado do Paraná.

Então, o Paraná deve muito a essa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, gostaria de cumprimentá-lo. Aliás, a imprensa que cobre as Sessões poderia dar um espaço para esse pronunciamento tão importante. Às vezes, isso se perde.

O pessoal da imprensa reclama que não tem assunto e esse é um assunto que pode ser conversado nesta Casa.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

**Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)**

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário para fazer considerações sobre dois assuntos.

Um assunto já nos manifestamos por duas ocasiões. E é importante fazer alguns esclarecimentos em relação àquilo que levantamos e denunciemos nesta Casa, no que diz respeito à COHAPAR.

Na semana passada, pela primeira vez, trouxemos essa denúncia. Esta semana, mais uma vez, levantamos essa questão, porque outras informações chegaram ao nosso gabinete. Sobre as cobranças que os credores

fazem, não fazem diretamente à COHAPAR, mas fazem para a Associação de Moradores. E as Associações de Moradores desses conjuntos habitacionais estão sendo cobrados judicialmente. O que é lamentável!

Na manhã de hoje fomos informados que duas cidades, na cidade de Francisco Beltrão existe uma regional da COHAPAR, e que credores, moradores do município de Marmeleiro, estariam se dirigindo até a COHAPAR para que providências pudessem ser tomadas porque pedreiros, carpinteiros e fornecedores não estavam recebendo seus créditos. A mesma coisa estaria acontecendo no município de Santa Amélia, deve ser um município lá do norte do estado, onde foi construída a Casa do Índio. Parece que 29 ou 39 residências foram construídas e, também, essa comunidade indígena não estaria recebendo os recursos para fazer o pagamento junto com seus fornecedores e nem com as pessoas que estão trabalhando.

**O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Vou ser breve, como espero que V. Exa. seja também.

V. Exa. está reconhecendo no seu pronunciamento que nem conhece a região que está falando. Eu recomendo que V. Exa., antes de vir à Assembléia - porque não é a Assembléia que vai pagar essa conta - V. Exa. fale pelo menos com a COHAPAR, se informe onde é que fica Marmeleiro, onde fica Santa Amélia, saiba se isso é verdade e quais as razões para não estarem pagando e, depois, faça seu carnaval.

Pelo menos saiba antes o que está acontecendo, senão é conversa mole apenas para jogar para a televisão.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Deputado Caíto Quintana, sou Deputado do Paraná. O município de Marmeleiro, fica no sudoeste e o município de Santa Amélia fica no norte. Quando disse que não conheço profundamente é porque não atuo politicamente. Agora, tenho recebido as denúncias e foram confirmadas pelo próprio Líder do Governo e pelo próprio Presidente da COHAPAR que reconheceu que existem as dívidas. Estão no meu gabinete documentos que recebi de Associação de Moradores que estão sendo cobrados judicialmente.

Como Deputado do Paraná, devo atuar em defesa dos interesses dos paranaenses. Não posso permitir que empresários sejam enganados. Não posso permitir que as pessoas que não têm uma casa, que formam uma associação, tenham sua associação sendo executada e cobrada judicialmente. É isso que trouxe a esta Assembléia, aquilo que levantei na semana passada, no mesmo dia foi confirmado. Em momento nenhum, nesta tribuna, entrei na questão da despesa pessoal do Presidente da COHAPAR. Não entrei e não vou entrar porque se tiveram despesas com jantares, almoços, como ele mesmo diz, foi na recepção

das suas pessoas e cabe a ele o esclarecimento. Quanto aos valores divulgados pela imprensa, entendo que não são tão altos nos últimos 11 meses. Reconheço, mas parto em defesa dos empresários do Paraná.

Parto em defesa, também, dos agricultores. Nós ouvimos o Deputado Elton Welter fazer sua manifestação em relação a alta do adubo, tão conhecido como fertilizantes. Esse é o próximo assunto. Não pelo fato de eu ser do Partido Democratas ou alguém ser do Partido dos Trabalhadores, porque este ou aquele partido se identifica mais ideologicamente com determinadas áreas. O que defendemos aqui na Assembléia é o Paraná, independente de PMDB, PSDB, PT, PDT, PV, PPS, PTB, qualquer partido, não nos interessa, temos responsabilidade com o estado do Paraná. Somos legisladores do nosso estado e não cabe a nós legislar sobre matéria de competência em nível federal, mas temos sim que fazer coro, aqui na Assembléia Legislativa.

Faço coro sim com o Deputado Elton Welter quando defende exatamente a questão da redução dos fertilizantes. Sabemos que o adubo é formado por uma fórmula NPK, ou seja, o nitrogênio. O nitrogênio é derivado do petróleo. O petróleo, hoje, é explorado por quem tem o monopólio: é a PETROBRAS. Só a PETROBRAS, Deputado Augustinho Zucchi - V. Exa. que é um profundo conhecedor da área da agricultura, porque é de lá que veio a sua origem, a minha origem também é humilde, mas não tenho formação, não sou formado nem em técnico agrícola e não sou nem agrônomo, mas o nosso dia-a-dia, o nosso trabalho na área agrícola faz com que nós nos atualizemos sim.

O nitrogênio é formado pelo petróleo, é derivado do petróleo. E quem tem o controle do petróleo no nosso país? É a PETROBRAS. Tem o monopólio. E o nitrogênio é um dos componentes para formar e fabricar o fertilizante. Nem todas as plantas usam o nitrogênio. A soja, por exemplo, não tem o componente do nitrogênio, mas o milho tem, o arroz tem. Agora, o nitrogênio é usado para outro adubo e para uréia 100%. E o que precisamos então? O fósforo. De onde é extraído? Das minas. E temos algumas minas no Brasil. E as minas devem ser exploradas. Alguém tem que extrair. O cloreto de potássio é uma outra fórmula, também através de minas. E temos uma pequena quantidade.

Então, todos esses componentes, somando tudo isso, 70% desses componentes para fabricar o fertilizantes, e ele é importado. E como vamos solucionar esse problema? Não somos contra o monopólio, nem no setor privado e nem no público. A concorrência deve existir. Mas, diante da realidade que vivemos hoje e os números mostram isso - o cloreto de potássio subiu de 2007 para 2008, 114%; o nitrogênio que é o sulfato de amônia subiu 65%; o superfosfato simples que seria o fósforo, subiu 121% - dados que temos aqui fornecidos pela própria FAEP. E onde está o problema? Quem pode resolver isso? Neste momento, acredito que só tem uma pessoa que possa resolver essa questão. É o Presidente da República.

Aliás, o Presidente da República lança tantos PACs, poderia fazer o PAC da agricultura, o PAC do fertilizante. O Governo poderia efetivamente investir recursos pesados. Sabemos que precisam muitos recursos para que se possa extrair o fósforo, para extrair o nitrogênio.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)**

Deputado Elio Rusch, apenas lhe dizendo o seguinte: é fundamental que a PETROBRAS retome a regulação do mercado. Não interessa se a Bunge e a Cargil tenham as suas empresas. Os Estados Unidos, não vou nem dizer que o país é liberal porque lá é um protecionismo atrás do outro. Então, dizer que o Parlamento ou que a Câmara dos Deputados norte-americanos é liberal, é uma balela porque são de fato protecionistas. Lá o concentrado de fertilizantes, há 10 anos, era US\$ 36. Hoje, continua US\$ 36. O Brasil era 72, hoje está em 76. Ou seja, isso coincidiu com a venda das duas empresas da PETROBRAS no setor de fertilizantes e o oligopólio formado, principalmente pela Bunge.

Então, o que apregoa é sem dúvida, V. Exa. tem razão quando diz que a solução está com o Governo. Ele tem que fazer com que a PETROBRAS volte a criar as empresas para regulamentar o setor. Caso contrário o que vamos ver é a falência dos nossos agricultores em detrimento de altos lucros e que não são de empresas nacionais. São de transacionais que estão aqui por acaso e de passagem.

Obrigado pelo aparte.

**O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)**

Deputado Elio, ouço a sua posição, a sua preocupação. Na segunda-feira aqui estivemos em uma Audiência Pública discutindo este tema. O Deputado Cheida coloca aqui, com muita propriedade, uma posição importante e alertando: a solução está nas mãos do Governo Federal, porque a PETROBRAS é um instrumento que no passado já produziu fertilizantes para esse nosso país, já produziu a matéria-prima dos fertilizantes, e a PETROBRAS tem que voltar a produzir, oferecer à agricultura brasileira, ao agricultor a matéria-prima, a uréia, enfim, o nitrogênio e os demais componentes do adubo. Tudo isso é possível.

Outra coisa que tem que fazer é o Governo Federal investir na exploração das minas de fósforo que existem no território nacional. Durante a discussão o representante do Ministério da Agricultura que aqui esteve na segunda-feira dizia que para explorar uma das minas de fósforo existentes no país exige o investimento de US\$ 1 bilhão. Quer dizer, é um investimento significativo e que o Governo tem que colocar o seu braço.

E a mina de cloreto de potássio está no coração da Amazônia, do lado do rio Madeira, está numa profundidade muito grande e para poder explorar o cloreto de potássio, investimentos de bilhões de dólares têm que ser feitos também e isto quem faz é o Poder Público. O Governo tem que voltar a colocar as suas mãos, os seus braços na produção de fertilizantes, para que possamos

ter um custo de produção menor, para que possamos ter um arroz sendo vendido mais barato, o feijão, o milho, o trigo do nosso pãozinho, que tudo isto sai da agricultura e o custo de produção é elevado, e o fertilizante é um componente que determina e faz parte da composição de preço em torno de 40% do custo de produção. Quer dizer, tudo isto faz com que tenhamos que ver novamente o Governo Federal agindo para poder produzir o fertilizante mais barato para que possamos ter, Deputado Elio Rusch, uma comida mais barata na mesa do brasileiro. É isso que queremos.

Obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Agradeço o Deputado Cheida, o Deputado Plauto, que conhecem profundamente a questão do custo de produção. E o que nós precisamos? Precisamos produzir mais, aliás, o mundo precisa de alimentos, ainda mais agora que os Estados Unidos usa o milho para fabricar o etanol. Vai faltar, sem sombra de dúvida, como está faltando e tudo está encarecendo. Quer dizer, a ração está encarecendo, tudo. O adubo, vamos falar do adubo para não nos atermos num outro assunto que é a ração - o adubo, quer dizer, tem determinados adubos que chegaram a subir 100% no preço. E quem perde com isto? É o nosso agricultor. O nosso agricultor tem que produzir mais. E como ele produz mais, Deputado Augustinho Zucchi? Através da pesquisa, da ciência, da tecnologia. E é isto que se está fazendo no Brasil, tanto pelo Poder Público como pelo setor privado.

No Paraná, por exemplo, temos o IAPAR, que é uma empresa de referência, no Brasil temos a EMPRAPA, que é uma empresa de pesquisa e temos diversas empresas de pesquisas privadas no Brasil. E isto é salutar. Quem ganha com isto é o setor produtivo. São exatamente os nossos agricultores que ganham. Eles produzem mais e gastam menos. Na nossa região, há 15 anos atrás, quem produzia 100 sacos de soja, era uma safra excelente. Hoje temos agricultor produzindo 150, 160, 170 sacos, e como atingimos isso? Através da pesquisa, através da genética, através do trabalho que os nossos técnicos fazem. E é isto que defendemos.

Mas não é só defender a pesquisa, temos que reduzir o custo de produção também nos fertilizantes, principalmente. E aí cabe exatamente a mão do Governo Federal, para que possamos favorecer a classe produtora que sustenta, sem sombra de dúvida...

**(Término do tempo concedido ao orador para que concluísse o seu pronunciamento)**

### ***Horários das Lideranças:***

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado ao Deputado Elio Rusch.

Horário das Lideranças.

PP. Deputado Antonio Belinati, com a palavra, por 10 minutos.

## ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, membros da Mesa, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes.

Sr. Presidente, queremos abordar hoje um assunto ligado à telefonia. Qual é a invenção mais importante da humanidade? Na minha ótica, quase todas as invenções são de extrema importância: a máquina de escrever, a máquina elétrica, o computador, o raio-X, tomografia, ecografia, tantos equipamentos modernos.

A televisão do tempo que se colocava bom-bril na antena para não chuveirar tanto a imagem e aí o cabloco, para fazer pique para o vizinho, ia até a loja, comprava um papel colorido e colocava na frente da tela e botava banca: "Fulano está bom, TV colorida!" Eu trabalhei na TV Coroados, foi a primeira do Brasil e acabei sendo o primeiro apresentador de telejornal de uma estação de televisão de todo interior do país. Aí veio TV a cabo, TV satélite, telefone. Teve um tempo que para se telefonar de Londrina para São Paulo você tinha que pedir a ligação a meia-noite e ficar conversando com a telefonista, passando os argumentos para tentar falar até 4 ou 5h da tarde. O João Milanês, da Folha de Londrina, quando ele queria falar com São Paulo, saía de Londrina e ia até Ourinhos, 150 quilômetros, no estado de São Paulo, porque ele falava gastando menos tempo. Em poucas horas saía um telefonema de Ourinhos para São Paulo. A telefonia foi modernizando, como em quase todos os segmentos, vemos a própria Medicina, que avanço fantástico! E o automóvel, para quem tem dinheiro, é tanta tecnologia!

O que queremos falar é do maior caça-dinheiro do povo neste país. Qual é? É o tal do telefone celular, ah, meu Deus do céu! Telefone que o favelado paga a mesma tarifa que o dono do banco, que o maior magnata, a tarifa é igual para todo mundo, mas não é nem isso que estamos questionando. Eu calculo que hoje, neste momento que estou falando aqui, deve ter de 90 a 120 mil paranaenses que estão com o telefone celular com defeito técnico. Qual é o defeito técnico? É o cidadão que não pode pagar a conta e, para não ficar chato, muitos acabam até mentindo para os amigos que o telefone deu defeito técnico, mas é um defeito econômico!

Não conheço neste planeta uma coisa tão poderosa como o telefone celular para tomar o dinheiro do nosso povo! Você vai na favela, no assentamento, está lá o pessoal com o celular na cintura, às vezes está mudo, entra um dinheirinho e o telefone volta a funcionar. Hoje uma boa parte da criança vai para a escola e leva também o seu celular, que acaba sendo bom em termos de até um eventual pedido de ajuda, de socorro, para alguma emergência.

Mas o que queremos falar, Sr. Presidente, agradecendo a Deus por tantas e tantas descobertas, se analisarmos que de pouco mais de 100 anos para cá, menos de

120 anos para cá foi inventado o automóvel, foi inventado o avião, a televisão no Brasil tem pouco mais de 50 anos de existência, o avanço tecnológico foi muito grande! Temos que agradecer esses inventos, essas descobertas, esses aprimoramentos que estamos tendo e, também aproveitar e pegar uma carona, Deputado Chico Noroeste, para falar de algumas empresas que estão levantando milhões dos nossos brasileiros, e estão fazendo aqui um serviço de 2ª classe, de 3ª classe, serviço vagabundo, de péssima qualidade.

Por exemplo, o meu telefone é de Londrina, que temos a nossa telefônica, com grande orgulho, que é a nossa SERCOMTEL. Pago mais caro para ter aqui em Curitiba um telefone da SERCOMTEL. Mas, para telefonar aqui em Curitiba, a SERCOMTEL está acoplada com a Claro. Esta Claro é a pior porcaria que tem em termos de respeito ao usuário. Mas, tem muitas e muitas áreas aqui na nossa capital que você quer telefonar e não consegue. Cai a ligação, sem serviço.

No meu apartamento, Sr. Presidente, quem me vê lá, tenho que tentar fazer uma ligação escondido dos vizinhos. Tem hora que eu ergo o telefone para o alto, subo na cadeira, tem hora que tenho que sentar. Por incrível que pareça, parece piada. Mas, tem hora que eu tenho que deitar na cama - não me leve a mal, não - para conseguir um pouco de sinal e cai a ligação. Fico preocupado, porque quem está do outro lado vai dizer: "Esse Deputado se elegeu e não quer falar comigo ao telefone."

Agora eu pergunto: onde estão os órgãos do Governo que têm o dever, que têm a obrigação de fiscalizar e de controlar essas empresas? Parabéns às boas companhias, mas o Paraná, de um modo geral, está mal servido de telefone celular.

Deputada Cida Borghetti, a senhora viaja de carro também, para quem vai para Londrina, para quem vai para Maringá, quando passa Ponta Grossa, vamos até Londrina, 260 quilômetros Ponta Grossa a Londrina, e não tem sinal para um telefonema, se houver uma emergência. Por quê? Porque falta torre. Eles não estão interessados.

Eu viajo de carro para Brasília, você anda o estado de Goiás inteiro, é torre e mais torre, você telefona na estrada inteira. Você vai para São Paulo, na rodovia Castelo Branco, é a mesma coisa, é bem servida de torre, de empresa de telefonia. Você pega a Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, você telefona em todo o trajeto da rodovia.

Aqui no Paraná não estão nem aí, tratamento de submundo. Não é de Primeiro Mundo, Presidente.

Quero hoje lamentar que essa Claro, que sou obrigado a utilizar em respeito à telefônica da minha cidade, mas a qualidade do serviço da Claro aqui no Paraná é de baixíssima qualidade. A única coisa que é alto na Claro é a tarifa que é pesada, que é cara mesmo.

Volto a questionar: o que é que estão fazendo as autoridades que estão em Brasília que não fiscalizam e não punem? Primeiro tarifa. Qual é a tarifa para você telefonar no celular? Não tem. De vez em quando quero

comparar qual é a tarifa da Tim com a Claro, da BrasilTelecom com outras companhias e é impossível, porque eles têm um cartel ali e cada telefônica bola um plano diferente. Um plano não confere com o plano da outra companhia. Tipo assim: aqui se fala 180 minutos, mas na outra não tem 180 minutos, tem 300. Não dá para comparar, porque acredito que é um verdadeiro cartel que eles fazem para tomar os bilhões, bilhões e bilhões do nosso povo brasileiro.

Mas, não vamos ficar chiando na tarifa. Vamos cobrar, vamos continuar criticando, vamos continuar pedindo que tanto a Claro como as demais empresas coloquem as torres de comunicação que estão faltando em todo o Paraná. Para vergonha nossa, Curitiba, hoje, a 4ª maior cidade do Brasil em PIB, tem aqui, com tantos empresários internacionais, com um comércio tão poderoso, uma qualidade tão péssima da telefonia celular.

Em especial a nossa crítica à essa empresa que se chama Claro, que é uma multinacional, que está aqui, que cobra caro e que poderia oferecer um bom serviço para todos nós usuários.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB.

(**Declina**).

PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Indo na esteira do Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli, a respeito do norte pioneiro. Norte pioneiro ou norte velho do Paraná. Todo norte do Paraná começou por ali. Jacarezinho como centro daquela região. Lembro-me, Deputado Rossoni, sou do interior de São Paulo, nasci na cidade de Bilac. Bilac é uma cidade próxima a Birigui. Só nasci, meus pais mudaram-se para Birigui e lá vivi até os 20 anos de idade. Com 20 anos de idade saí da minha cidade para poder ajudar meus pais.

Sou de uma família muito pobre. Fui para trabalhar numa rádio em Londrina e lá eles me solicitaram que precisavam que eu trabalhasse em Jacarezinho. Fui para Jacarezinho. Sou muito grato. Cheguei lá em 1970, no mês da Copa do Mundo. Mas queria, na verdade, dar um sentido à minha vida. Eu estava meio perdido. Comecei a trabalhar em Jacarezinho e estava querendo mudar a minha vida. Existia o MOBREAL. Falei: vou começar a mudar a minha vida, vou ensinar as pessoas a ler e escrever. Fui até a Prefeitura, cabeludo que eu era, o pessoal se assustou, dizendo que eu estava me colocando como voluntário para dar aulas pelo MOBREAL. Colocaram-se no pior lugar que existia, um lugar onde ninguém conseguia aglutinar as pessoas. Apaixonei-me por esse lugar chamado Vila Rosa em Jacarezinho, ia a pé, voltava a pé,

segunda, quarta e sexta-feira, dentro de uma igreja, ensinando pessoas a ler e escrever. Eram pessoas que não sabiam exatamente nada.

Ensinaamos e conseguimos alfabetizar 32 pessoas entre 12 e 75 anos de idade. Pessoas que não sabiam escrever o nome, não sabiam preço no supermercado, não sabiam ler.

Ali eu comecei a mudar a minha vida. Graças a Deus!

Não contente com isso, falei: vou continuar mudando a minha vida para melhor. Descobri que a UNICEF estava preparando jovens para educadores de rua. Entrei em contato e fui fazer um curso na UNICEF para ser educador de meninos de rua. Fui um dos primeiros no Brasil e trabalhava com aqueles meninos e meninas de rua de Jacarezinho.

Procurei, no bom sentido, seqüestrar aqueles meninos, porque seqüestrando aqueles meninos os pais viriam atrás e eles vieram, porque o objetivo era atingir os pais e fazer um trabalho com os pais.

Em Jacarezinho, no tempo dos grandes movimentos jovens da Igreja Católica, comecei a participar e me tornei um Líder dentro da Igreja Católica, do Movimento Jovem que começava em Jacarezinho, porque a Diocese era muito grande. Começava em Jaguariaíva e ia até Jataizinho.

Passei cinco anos da minha vida trabalhando, eu acreditava que era preciso mudar e existia um movimento chamado TLC - Treinamento de Liderança Cristã, que para os senhores terem uma idéia, fazíamos palestras com agentes do regime de exceção dentro dos encontros, agentes disfarçados observando e gravando tudo o que você falava. E aí a minha vida, graças a Deus, foi bem.

Fiz Faculdade de Educação Física em Jacarezinho e não parece que fiz Educação Física. Queria fazer Direito, mas naquele momento não tinha o vestibular de Direito e acabei fazendo vestibular para Educação Física e passei, sendo que me formei em três cursos ao mesmo tempo: como professor de Educação Física, técnico em basquetebol e técnico em voleibol, em uma das melhores faculdades de Educação Física do Brasil.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Apenas para dizer que o basquetebol nos nascidos em Birigui, no estado de São Paulo, deve ser genético, porque lá tinha, no noroeste do estado de São Paulo, o melhor time de basquetebol do estado e V. Exa. sei que é oriundo de lá. Então, isso já nasceu no sangue.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Zim, Zinzinho e Zinzão.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Exatamente. Aliás, por uma infelicidade muito grande, o Zinzão veio a falecer em um plantão que eu fazia no Hospital Evangélico de Londrina, por um

problema de vesícula, um quadro dramático em uma pessoa extraordinária e socialmente importante, tendo no esporte uma visão amplamente avançada, e tive essa infelicidade, que foi um momento muito triste, como é a morte de qualquer cidadão, mas dele em especial, porque era um grande ídolo do basquete brasileiro, principalmente do interior do Brasil.

Obrigado pelo aparte!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O Deputado Cheida é da cidade de Penápolis, que é pertinho de Birigui.

Enfim, casei em Jacarezinho, participei da vida política em Jacarezinho, nunca abandonei os meus companheiros, mesmo sabendo que estava em momentos difíceis, em dúvida, mas não abandonei meus companheiros.

Dizer ao Deputado Romanelli, e aí vou fazer um apelo ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, ele que está agindo naquela região, para dizer que tenho um grande amor por aquela região, que eu tenho um enorme amor por Jacarezinho, que sou grato a Jacarezinho, onde há o famoso Baile do Texas que agora vai completar 50 anos, enfim, por Cambará, Itambaracá, Barra do Jacaré, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Carlópolis, toda aquela região. O apelo que quero fazer ao Deputado Romanelli, como Líder do Governo, parece-me que vai haver um Fórum amanhã em Jacarezinho com a presença de Deputados e autoridades e o apelo que quero fazer ao Deputado Romanelli, ele como Líder do Governo e amigo do Governador: Romanelli, conte comigo para ajudar aquela região que cada vez fica mais pobre, cada vez fica mais miserável. Conte com a minha ajuda! Tentei ajudar aquela região e parece-me que é preciso haver uma reciclagem nos homens públicos daquela região, é preciso haver uma reciclagem nos dirigentes daquela região, porque a autofagia é enorme, muito grande. Quantas vezes, aqui na Assembléia Legislativa, vi homens públicos da minha cidade desfilando pelos corredores aqui da Casa e eles tinham vergonha de me cumprimentar, ou medo de me cumprimentar, e eu querendo ajudar tanto a minha cidade. Jacarezinho é a minha cidade também e eu nunca pude ajudar a minha cidade.

Espero que o Deputado Romanelli e os demais Deputados possam ajudar aquela cidade, até porque entendemos que Jacarezinho, aquela região, parece que quando chega a cana, o álcool, o açúcar, parece que chega a miséria. Vocês precisam ir lá para ver como aquela gente sofre. Tanto é que o Deputado Reni me ajudou, fizemos um projeto em parceria, está parado, está numa gaveta aí, e vamos ver como é que podemos fazer, porque achamos que esses municípios que têm cana, como o norte pioneiro, eles têm que ser ressarcidos como a Itaipu ressarce aqueles municípios da região. Onde tem petróleo, os municípios são ressarcidos. E o álcool, o álcool não movimenta este país? É preciso ressarcir esses municípios e estamos tentando em cima disso.

Peço a Deus que abençoe o Romanelli para que ele consiga, não só fazer um Seminário, mas levar o Governo para lá, as Secretarias para lá, ficar uma semana pelo menos naquela região que o Paraná deve tanto, que é o norte velho do Paraná, que hoje não sabemos se é mais ligado a São Paulo ou ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós que estivemos ontem aqui até meia-noite, há pouco eu tive a honra de conceder aqui entrevista a algumas rádios da capital, televisão, que me questionavam da derrota da Oposição no dia de ontem. E eu respondi, em nome dos meus colegas oposicionistas, que não me considero derrotado, eu me considero um Parlamentar que cumpriu o seu dever. Lutamos usando o Regimento Interno, já vislumbrávamos a derrota, já enxergávamos a derrota no horizonte, mas não queríamos acreditar. Por que não queríamos acreditar? Porque enquanto argumentava-se em determinadas emendas que fixavam o aumento dos servidores públicos em 15%, que era o valor do aumento dado ao salário-mínimo regional, até não concordávamos, mas aceitávamos. Mas num derradeiro momento, numa reunião aqui entre os Parlamentares, decidimos fazer uma proposta derradeira, não perder tudo, abrímos mão das emendas que concediam o aumento aos servidores públicos.

Queríamos que os servidores públicos pudessem comemorar o 1º de maio, mesmo atrasado. Gostaríamos que fosse estabelecido o aumento aos servidores públicos de 5% na mensagem do Governo no dia 1º de maio, retroativo ao 1º de maio. Não conseguimos, fomos derrotados. Mas derrotados de uma forma brilhante. Eu vi aqui Parlamentares quase não conseguindo mais raciocinar, de cansados, porque encaminhar várias vezes o mesmo projeto é repetitivo, é cansativo, mas era o único instrumento que tínhamos para tentar convencer, através do cansaço, que estávamos certos.

Não alcançamos o objetivo. Fica marcada a data. Alguns aqui não aceitam. Alguns se ausentaram do plenário.

Gosto de Deputado articulador. Por exemplo, admiro o Deputado Alexandre Curi. Ele é Governo, articula, mas articula de uma forma tão elegante, tão respeitosa, que não conseguimos ficar irritados com ele. Está certo, Deputado Alexandre Curi! Continue brilhante, competente e auxiliando o Governo dessa forma. A pessoa que tem postura é respeitada por mim, mesmo que seja contrária a minha posição.

Ontem teve momentos tensos, mas aconteceu. Foi-se. Os servidores públicos agora têm que ficar sabendo, foi aprovada uma lei que será aplicada no dia que o Governador estiver com vontade.

Sempre digo: se fosse Governador deste estado abriria a janela da minha casa, todo dia de manhã, e olharia para as nuvens, para o sol, para os passarinhos e diria: obrigado, paranaenses, governar este estado é uma honra! O nosso Governador abre a janela e briga com o passarinho, com o sol, com as nuvens, briga com o céu azul.

Quero registrar o dia de ontem. Estou agradecido pela compreensão dos Parlamentares que nos acompanharam nessa luta, o Bloco de Oposição e o Bloco Independente.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Deputado Rossoni, não é justo alguém dizer que a Oposição perdeu ou deixou de ganhar.

Ouvimos muitos discursos aqui no sentido que gostaram do aumento que receberam como Parlamentares. Gostaram e não fizeram nada? Gostaram e votaram contra? Gostaram e não aceitaram as emendas, onde determinava o dia que esses 5% seriam concedidos?

A Oposição abriu mão de todas as emendas em troca de um único benefício, da citação do dia em que isso seria colocado em prática.

Ouvi muitas senhoras que têm as suas empregadas domésticas, muitos pequenos e micros empresários que tiveram que demitir, porque não vão agüentar essa carga salarial. São 15% em cima do que o funcionário está ganhando. Pois bem, ninguém perguntou para essas senhoras que têm suas empregadas domésticas, para os pequenos empresários e colocaram lá, goela abaixo, 15%. E nós apoiamos aqui. Que pena! Não tiveram a mesma consciência com o trabalhador, com o assalariado que presta serviço ao Governo. O concursado que precisava ter esse respeito de atitude do Governo. Por que fazer cortesia com o chapéu alheio é muito fácil!

Agora, ter a responsabilidade de equilibrar a sociedade, aí é que vemos as coerências, mas não nos sentimos derrotados. Esta é mais uma luta que, um dia, iremos vencer!

Muito obrigado!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço o aparte do Deputado Edgar Bueno.

Quero pedir desculpas aos Parlamentares que, em determinados momentos, se irritam com a posição da Oposição.

Não percam tempo em se irritar! Por que não somos levados pela irritação e nem pela emoção. Somos frios, calculistas e estamos olhando para frente e não para trás.

Deputado Alexandre Curi, quero fazer o registro do dia de amanhã. Estaremos em União da Vitória, junto com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as autoridades de União da Vitória, os Parlamentares que representam a

nossa grande União da Vitória, o Deputado Alexandre Curi, o Deputado Pedro Ivo, o Deputado Anibelli. Amanhã estaremos comemorando 100 anos da criação da comarca de União da Vitória. Falar da comarca de União da Vitória e não falar do Deputado Aníbal Khury, do Deputado Domício Scaramella e do Deputado Jorge Khury, é não falar da história do sul do Paraná. Poucas vezes subi a esta tribuna para registrar um acontecimento, mas essa região sul, essa União da Vitória, Deputada Rosane, V. Exa. que vem de União da Vitória também, poucas vezes lembramos. Discutimos o Paraná e, às vezes, esquecemos o berço. Queremos, hoje, fazer um convite a todos os Parlamentares desta Casa. Se puderem estar presentes amanhã, porque estaremos celebrando a comemoração dos 100 anos da criação da comarca de União da Vitória.

União da Vitória é uma cidade que espalhou pelo Paraná políticos. De lá tiveram origem políticos que fizeram a história do Paraná e nós que estamos tentando, também, fazer a história do Paraná, claro que não com a mesma competência, não com o mesmo brilhantismo dos Deputados Aníbal Khury, Domício Scaramella e Jorge Khury, mas procurando o esforço para demonstrar àquela população que desbravou o Paraná.

Deputado Douglas, V. Exa. é de Campo Mourão. Campo Mourão ainda não existia e União da Vitória carregava mudanças para levar colonizadores para aquela região, não apenas para Campo Mourão, mas poderia aqui falar de Londrina, de Cascavel, de Toledo. Quantas famílias, neste momento, estão residindo nessas regiões e que saíram da nossa União da Vitória.

Amanhã, com toda honra, com todo prazer, se puder receber a visita dos senhores será uma honra.

Obrigado!

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Informo a V. Exa. que o seu tempo é de 10 minutos.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Waldyr Pugliesi, agradeço a cessão do tempo da Liderança.

A questão ambiental é uma questão social. A Marina Silva entendia isso e na prática exercia esse teorema. Por isso, foi demitida. Foi demitida, no meu entendimento, pelas suas qualidades e não por seus defeitos.

Antes do Brasil, a Ministra Marina Silva foi uma aliada do Paraná. As diretrizes da política ambiental do Paraná emanaram da própria Ministra que, junto ao Governador Roberto Requião, firmes, caminhando lado a lado, entendiam que a política ambiental era, antes de mais nada, uma política social. Por isso, estive presente



junto ao Governador Roberto Requião quando das grandes polêmicas a respeito dos transgênicos, a respeito da rotulação dos transgênicos, quando o Paraná se colocou como o primeiro estado brasileiro a rotular os transgênicos. Por isso, ela via no fortalecimento do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, uma saída correta, uma saída inteligente e o Paraná, também, fez coro com a Ministra Marina Silva.

Marina Silva fez uma nova política ambiental e uma nova política de recursos hídricos, que o Paraná seguiu. A participação na definição das políticas públicas por meio de diversas conferências que deram vez e deram voz a poucos que falaram e que definiram, através dessas conferências, a política ambiental do estado do Paraná, inclusive. A demarcação de unidades de conservação, polêmicas, a aprovação da Lei da Mata Atlântica. A Ministra Marina Silva fez da política ambiental também do Paraná a sua política ambiental. No Brasil, a Ministra defendeu que o progresso não deveria vir a qualquer custo, como disse muito bem aqui a nobre Deputada Rosane Ferreira. Que a política ambiental também fosse uma política social. Por isso, entre várias coisas, bateu-se contra o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, quando da legalização daquelas primeiras safras de soja transgênica. Por isso entrou em confronto com Governadores do seu próprio partido, como o Governador Zeca do PT, que queria encher o pantanal de usinas de álcool e cana-de-açúcar. Por isso trombou com a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, quando das licenças para as hidrelétricas do rio Madeira. E o Presidente, naquele momento, teve que intervir pessoalmente para que o IBAMA concedesse a licença, o que foi feito em detrimento às posições da Ministra Marina Silva. Por isso ela bateu-se contra o atual Ministério da Agricultura, que de certa maneira disse e depois retirou, que gostaria que se plantasse cana na Amazônia, na mata atlântica e no pantanal. Por isso ela divulgou insistentemente e oficialmente os dados sobre a devastação da Amazônia. Por isso ela conseguiu que o Conselho Monetário Nacional vinculasse o crédito agropecuário, a comprovação da regularidade ambiental e fundiária.

Resistência, persistência, coragem, desassombro. Por isso a demissão da Marina foi uma vitória do mercado. Por isso ela foi demitida, mais pelas suas qualidades do que pelos seus defeitos. E não só o Brasil e o Paraná perdem com a saída da Ministra Marina. O mundo também perde. Marina era um ícone. Ela está cotada para ser Prêmio Nobel. Ela segurou muitas fogueiras que o Governo Lula entraria sem a sua presença. E o Governo agora se bate para encontrar um sucessor à altura de Marina Silva. Não vai encontrar.

Sempre a Marina entendeu que o planeta é um só e que o mundo é o seu país. E às vésperas da Conferência sobre Biodiversidade e Biosegurança, que acontece semana que vem na Alemanha, o Brasil vai estar só e o mundo vai sentir falta da sua coragem e eficiência.

Conheci Marina Silva há 20 anos. Posso dizer que sou amigo pessoal dela. Éramos Vereadores, eu coordenava a Secretaria dos Ecologistas do Partido dos Trabalhadores em nível nacional e ela era uma das coordenadas naquele momento. Conheço poucos com a debilidade física da Marina, pelas doenças que teve. Mas, não conheço ninguém com a força do caráter dela.

A demissão da Ministra Marina Silva sangra a nossa esperança e o Paraná perde com isso e por isso devemos nos lamentar.

Estou encaminhando um requerimento de solidariedade e reconhecimento público à Ministra e peço que os demais Pares não acompanhem para que possamos, como Assembléia Legislativa, dar um voto de louvor a quem trabalhou pelo Brasil e que é reconhecida, é Parlamentar como nós e agora vai ocupar o Senado Federal, a sua cadeira que lá está. Mesmo aqueles que discordam dela, sem dúvida nenhuma haverão de concordar que o Brasil fica um pouco menor em representação política com a saída da Ministra. E o Governo, torcemos para que ele encontre alguém que seja pelo menos sucedâneo da Marina e possa continuar com a sua política, ou, pelo menos, em parte, a sua política ambiental que, como disse aqui hoje, sem dúvida nenhuma, deve ser uma política social.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

#### **(Assentimento)**

Deputado Cheida, quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento. A minha solidariedade, o senhor está fazendo um pronunciamento muito bonito. O senhor que conviveu no PT conosco, durante períodos importantes, foi Prefeito também pelo PT e sabemos que o partido perdeu muito hoje, a representação do partido no Governo Federal, porque sabemos que o Presidente é do PT, a maior liderança histórica, mas o Governo é um Governo de coalizão e que existem interesses conflitantes dentro do Governo. E sem dúvida nenhuma a saída da Ministra Marina Silva, por tudo que ela representa...(ininteligível)..., ela representa o Brasil e o mundo no âmbito ambiental. É uma derrota para o nosso partido e lamentamos muito. O único consolo que temos é que a Ministra está no Senado da República, representando, talvez, com mais liberdade, aquilo que ela sempre representou, que é a luta pela causa ambiental.

E a saída da Ministra acontece num momento delicado da história brasileira: problemas sérios na Amazônia, conflito, demarcação de reservas, conflito com relação aos transgênicos, conflito com relação às grandes obras do PAC.

Espero que o Governo Lula consiga superar esta perda e que encontre no conflito interno do Governo o caminho que seja melhor para o Brasil e para o meio ambiente.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e gostaria muito de assinar e tenho certeza que os demais Deputados do nosso partido assinarão com V. Exa. esse manifesto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Péricles, e vou providenciar para que todos possam assinar, então, este requerimento, por unanimidade aprovado aqui. Sem dúvida nenhuma será aprovado pelos demais Pares para fazer justiça a quem, sem dúvida nenhuma, merece.

Mas uma preocupação eu quero deixar, além desta com a saída da Ministra. O Presidente da República disse no lançamento do Plano Amazônico de Sustentabilidade, o PAS, que o Brasil está vendo que ele está fazendo daqui uma nova China.

Acho que devemos, com todo o respeito ao Presidente, ao seu passado, devemos alertá-lo que não queremos o crescimento a qualquer custo. Não só não queremos, como não podemos, porque, sem dúvida nenhuma, pagaremos e pagarão as gerações vindouras um alto custo, caso tentemos este caminho. Temos outras alternativas. Alternativas equilibradas e viáveis e acho que devemos trilhar por aí.

Mas, fica aqui esta preocupação, o nosso lamento, enquanto paranaenses, e, sem dúvida nenhuma, espero que o Brasil consiga superar este momento, até porque a grande questão, a grande charada não é crescer, mas é como sobreviver às questões que se colocam hoje que são, sem dúvida nenhuma, de ordem ambiental e não apenas de ordem econômica e financeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, demais Pares.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, que já faz uso também do horário da Liderança da Oposição. É isto, Deputado? Então, V. Exa. tem 20 minutos.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, que nos cede o horário da Liderança da Oposição, para que possamos dar sequência ao que vamos conversar com os Srs. Deputados nesta tarde.

Inicialmente, quero começar trazendo a informação aos Srs. Deputados sobre um veto do Governo e que quando o Governo veta um projeto ele tem as suas justificativas, Deputados da base do Governo. Deputado Marcelo Rangel e demais Deputados da base da Oposição. Apresentamos diversos projetos aqui na Assembleia Legislativa. Um deles que é o Projeto 750/07 trata sobre a instituição das rotas, do Caminho de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná.

Pois bem, quando apresentamos esse projeto ele foi à CCJ, diversos Deputados analisaram foi relatado, dado como constitucional, aprovado nessa Comissão veio

a Plenário para ser discutido pelos Deputados. Ele foi discutido, não teve nenhuma emenda, os Deputados aprovaram, por unanimidade, em 1ª e 2ª discussão, no mês de março desse ano.

A história do Caminho de Peabiru é uma história longa, não vou repetir aqui, o Deputado Romanelli, que é o Líder do Governo nessa Casa, inclusive falou um pouco sobre este projeto, ele conhece a história, ele elogiou o projeto. Este projeto foi feito por diversas lideranças da região de Campo Mourão. Para pegar um pedacinho da história a idéia desse projeto surgiu há mais de quatro anos, porque num certo evento que aconteceu em Campo Mourão o Governador Requião esteve lá, passado algum tempo depois da 2ª eleição dele, não essa agora que é a 3ª. Aquela eleição que o PPS e nós, inclusive eu fui candidato a Deputado Federal e nós, no 2º turno apoiamos o Governador Requião e ele ganhou a eleição do Álvaro Dias. É bom lembrar aqui, que ele estava perdendo a eleição para o Álvaro Dias nas pesquisas eleitorais, na nossa região ele tinha ficado em 3º lugar, no 1º turno. No 2º turno nosso grupo político se reuniu e decidiu apoiá-lo, ele passou em 1º lugar no 2º turno e foi eleito Governador.

Na organização daquele evento estiveram lá lideranças do Paraguai; da Itaipu Binacional, Jorge Samek, Presidente; na época Rubens Bueno inclusive era Diretor da Itaipu; o Prefeito Municipal de Campo Mourão, Taui-lo Tezelli e o Governador Requião. Também participei do evento, teatro lotado com diversas lideranças, belíssimo teatro inclusive, lotado, aproximadamente 600 pessoas, inclusive algumas pessoas ficaram fora, não puderam entrar. Tinha muita gente, vários discursaram e nos discursos, vou pegar aqui um discurso do Diretor-Presidente da Paraná Turismo, na época, Jorge Deniatti, naquela oportunidade ele disse o seguinte: “O Governo do Paraná encampou a idéia de tornar o Caminho de Peabiru, o projeto é viável, principalmente devido ao seu sentido verdadeiro, a sua história, O que precisamos agora é o engajamento da sociedade.”

Como disse o Caminho de Peabiru, também chamado Caminho de São Tomé tem um das mais importantes trilhas pré-colombianas, com um trajeto de cerca de 3 mil quilômetros. A trilha passava por estados brasileiros de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e, também, pelo Paraguai, Bolívia e Peru.

Em Guarani a palavra Peabiru tem várias traduções, entre elas: “caminho ralo”, “caminho fofo”, “caminho de ida e volta”. E na língua indígena “peabyru”, “pe” significa caminho, “ab” antigo, “yru” ida e volta. Então “caminho antigo de ida e volta”.

Tudo bem, festa Governador Requião bem recebido, discurso, tudo mil maravilhas. Eleição, segunda. O tempo passa, tem até um jingle, que fala assim: “O tempo passa, o tempo voa...” Não falavam assim? O tempo passou, nós tivemos o privilégio e a honra de ter sido eleito Deputado Estadual pela região. Essas lideranças se reuniram, que representam lá esse caminho que participam dessa rota e nos pediram para que, tecnicamente, apresentasse um

projeto aqui na Assembléia Legislativa. Os nossos técnicos assessoraram, elaboraram o projeto apresentamos aqui na Assembléia, o projeto foi discutido como eu falei. Foi aprovado por unanimidade. Com o elogio do Líder do Governo relembrando a mensagem, do elogio do próprio Governador aquela época.

Aí fico sabendo aqui, que o Projeto Caminho de Peabiru nº 750 de autoria do Deputado Douglas Fabrício no expediente lido aqui, pelo nosso 1º Secretário, o projeto de lei foi vetado, integralmente, pelo Governador Roberto Requião.

Até aí tudo bem, vetar um projeto, se fosse um projeto que ele mesmo não tivesse ido lá discursar a favor. Se o Líder do Governo não tivesse apoiado se os Deputados não tivessem apoiado.

Sabe o que ele alegou, Deputado Elio Rusch? O Governador alegou que o projeto é contrário ao interesse público. Olha, Deputado Romanelli, contrário ao interesse público me parece que é o que ele fez lá naquela época então. Como que vai a um evento, com 600 pessoas, com lideranças inclusive em níveis internacionais, faz um discurso, elogia Rosana, elogia Rubens Bueno, elogia todo mundo, elogia o povo. O Secretário de Turismo dele coloca no jornal, na página da Paraná Turismo, na página do Governo, elogiando. Apresentamos o projeto e o Governador veta dizendo que é contrário ao interesse público.

Como funciona isso? Vou voltar esse final de semana e tenho certeza que a imprensa de Campo Mourão e da região vai me perguntar sobre esse assunto: contrário ao interesse público.

Confesso que mesmo sendo Oposição aqui, Deputado Edgar Bueno, vai ficar muito difícil de conseguir explicar como o Governador se comportou de um jeito naquele dia e agora, depois de outro mandato, se comporta de outro jeito.

Esse projeto que recebeu apoio de todas as lideranças desta Casa, voto aprovado, que recebeu apoio das lideranças da região e que tinha recebido apoio do Governador à época, agora ele mesmo vem aqui e veta dizendo que é contrário ao interesse público.

Tem outros projetos. Esse é só para começar. Aquele projeto que apresentamos também aqui, para ajudar na questão da Segurança, o Projeto nº 764. Dispõe sobre a proibição da venda de fardas de qualquer tipo de vestuário, bem como distintivo, acessórios da Polícia Federal, Civil, Militar e das Forças Armadas em estabelecimentos comerciais do estado do Paraná e dá outras providências.

### ***Passa a usar o horário da Liderança da Oposição***

Também é um projeto discutido por esta Casa, aprovado pela CCJ.

O Governador vetou por considerá-lo inconstitucional. Não quer dizer que ele seja inconstitucional.

Vamos olhar Minas Gerais: a venda de fardas está proibida desde agosto do ano passado. Uniforme, farda, distintivo e insígnia da Polícia Militar, Civil, dos Bombeiros e demais órgãos de Segurança Pública, só podem ser vendidos à Corporação.

Para um militar comprar precisa de autorização expressa do órgão que pertence. A lei mineira prevê ainda advertência de multa de 500 a 5 mil, além da apreensão de mercadorias e cassação de autorizações.

Também tem no Espírito Santo, tem em São Paulo e aqui no Paraná não pode ter, porque o Governador não quer? Por que o Governador não quer? Será porque o Deputado Douglas apresentou o projeto? E ele, numa retaliação, chega a dizer que é inconstitucional. Ele não está fazendo retaliação ao Douglas Deputado Estadual, e não aos nossos eleitores que confiaram o nosso voto, para vir aqui e fiscalizar o Governo e que tenho certeza confiarão sempre que tivermos a nossa postura coerente aqui dentro desta Casa em respeito ao voto do eleitor.

Também o Caminho de Peabiru, quando ele vetou dizendo que é contrário ao interesse público. Se ele mesmo foi na região fazer discurso.

Aí começo a imaginar coisas do tipo: “O pedágio baixa, ou acaba”.

O que aconteceu? A Boiadeira, ele falou que se o Presidente da República fizer a metade, ele faz a outra metade. Se ele não cumpriu a palavra de um projeto que ele mesmo ajudou a iniciar, como é que vou confiar nesses outros projetos, nesses outros discursos que ele fez?

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)**

Gostaria de entender melhor. Achei estranho esse veto, defendo muito a sua proposta. Estou apresentando a esta Casa um projeto cultural. Será que o senhor poderia explicar o que foi que o Governador alegou para justificar o contrário do interesse público no veto?

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

O que tenho aqui, documento que recebi da Mesa dizendo: “Vetado integralmente o Projeto nº 750, por considerá-lo contrário ao interesse público”.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Dizer que os dois projetos eu votei favorável, porque acho que o senhor fundamentou bem esses dois projetos.

O das fardas, acho que o senhor está correto. E os caminhos do Peabiru, em respeito ao que V. Exa. representa em Campo Mourão e conhecendo aquela região, entendemos que é correta também essa indicação.

Lamento que o Governador tenha votado, não vejo o porquê. Na região dos campos gerais existe a Rota dos Tropeiros, na região de Ponta Grossa. Inclusive com financiamento de recursos do Governo Federal. O Governo Federal fez aqueles totens na entrada da cidade de Castro, Carambeí, todos têm aquele símbolo da Rota dos Tropeiros. É um projeto que vem de Brasília e é coordenado pela Paraná Turismo.

Quanto ao ex-Presidente da Paraná Turismo, Sr. Jorginho, já falecido, faleceu recentemente, ele tinha um entendimento de que esses projetos eram altamente importantes para a região, tanto é que escreveu a V. Exa. e ele, já falecido, brigou pela Rota dos Tropeiros como nunca alguém brigou. E o resultado está lá.

Só lamento que haja dois pesos e duas medidas. Campo Mourão não pode, mas a região dos campos gerais tem, está funcionando e tem dinheiro público.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Jocelito Canto. Imagino que Deus o tenha, nosso querido Jorginho Demiate, mas sabendo de uma notícia dessas, deve estar se revirando no túmulo, porque o Governador com certeza teria o apoio dele na época.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputados Douglas Fabrício, acompanhamos o seu trabalho desde o início desta legislatura e por suas posições, pelas idéias, pelos projetos, indicações e requerimentos, pelas mais diversas proposições que V. Exa. traz a esta Casa de fundamental importância, lamento profundamente que o Governo tenha vetado exatamente um projeto de sua autoria que ele, no mérito, tenha defendido quando esteve em visita naquela região. E o argumento que o Governador usa em quase todos os projetos é que são “contrários ao interesse público”. Lembro-me que analisamos um veto do Governador recentemente, e não me lembro qual Deputado apresentou o projeto para que houvesse uma reversão de uma área de terra para um município para a construção de uma escola ou de uma creche, e o próprio Governador disse que era contra o interesse público. Quer dizer, parece que já está pronta a minuta dos vetos aos projetos que o Governador pretende instituir, principalmente contra os Deputados de Oposição.

Então, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento e esperar principalmente daquelas pessoas que estão elaborando a redação dos vetos que são apostos aos projetos, que ao menos mudem algumas coisas, senão vai ficar muito complicado. Quer dizer, o Governador defende uma tese e quando é apresentado um projeto que pode se transformar em lei, ele vem para cá e diz que é contrário ao interesse público. É lamentável que isso esteja acontecendo com o nosso Governo, mas não quero nem culpar tanto o Governador, mas acho que muito mais os seus assessores, as pessoas que preparam exatamente essa redação e o Governador usa desse expediente para querer justificar o seu veto. Parabéns a V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Elio Rusch!

O Governador é quem escolhe os seus assessores, Deputado Elio Rusch, então ele é o responsável. Quem assina o veto é ele, então a culpa é dele, porque ele escolheu os seus assessores. Se os seus assessores estão lhe

orientando de forma que ele possa de repente passar esse “carão” aqui na Assembléia Legislativa, porque quando ele vai lá na região, ele fala uma coisa e chega aqui e faz outra. Então, é ele o responsável!

Quero aproveitar também e falar sobre o dia de ontem aqui. Ontem ficamos até altas horas trabalhando, conversando com os Deputados e tentando reverter o voto de alguns Deputados para, de repente, conseguirmos aprovar algumas emendas. Estava ainda hoje no Gabinete ouvindo o trabalho dos Deputados e alguns Deputados discursaram se defendendo, justificando o voto dizendo que não puderam votar porque as emendas, infelizmente, foram agrupadas. Então, primeiro um tempo nesse infelizmente, porque para serem agrupadas, elas também tinham que ser votadas e foram votadas com o voto daqueles que falam infelizmente. Então, temos que ter coerência. A Oposição faz oposição, recebe em contrapartida veto aos importantes projetos que apresentamos e ainda, na região de cada um aqui, vai o Deputado entregar as obras etc, que é um direito que o Governo faz com a base.

Parabéns! Mas não podemos lá discursar dizendo que, infelizmente, por causa da base do Governo que não tivemos aumento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PR/PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero tratar hoje sobre o tema que o Deputado acaba de falar na tribuna, a questão das emendas.

Deputado Durval Amaral, V. Exa., para mim, é um dos homens que mais conhece a questão de leis desta Casa. Pelo que se dedica, pelo seu embasamento jurídico, pela sua formulação e, principalmente, pela sua experiência.

Ontem discuti muito esse tema, e vejo os Deputados continuarem a discussão de tudo aquilo que foi feito ontem, que ficamos até às 23h era legal, era constitucional. Mas daí, me deparo com a Constituição do Estado. Não vou fazer curso de bacharel, acho que não tenho mais tempo para isso. Vou ler e quem puder ler entenderá. Quero entender o que esta Casa faz, porque vou encaminhar, na semana que vem, no Poder Judiciário, vou tirar essa dúvida com o Poder Judiciário. Isso compete a qualquer membro deste país, se sentir-se ofendido, ir à Justiça.

Estou preparando uma ação, com a intenção de fazer valer aquilo que juramos, a Constituição.

É muito bonito fazer discurso, mas o princípio do legislador é obediência à Constituição do Estado. Pelo menos é a base de um bom legislador, cumprir a Constituição do Estado.

Não é justo que pessoas usem do não conhecimento, uso a palavra que machuca alguns, porque é verdadeira, usam o processo da mídia, do marketing e até mesmo da facilidade para dizer que os outros são culpados. Não entendo, se temos uma Comissão que define o que é legal ou não. É uma Comissão formada por Deputados decididos por seus partidos, de acordo com o número de Deputados nesta Casa. Essa CCJ define o que é legal e o que não é legal.

Temos, na Constituição do Estado, o artigo 68 que diz:

*Não é admitido aumento de despesas previstas nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado.* Pronto, não tem o que discutir, é lei.

Então, temos que começar a cobrar o cumprimento dessa lei, porque senão vira tudo o que virou ontem aqui. É triste quando você, que além das leis que você não pode fazer, descumprimos em alguns momentos o que diz aqui a Constituição do Estado do Paraná. Nós descumprimos. Eu não descumpri, eu votei por isso aqui, é o que juramos quando assumimos aqui o comando de cada um da sua cadeira. A Constituição diz que não podemos dar aumento daquilo que é do Governo, que é prerrogativa do Governo. Mas então eu pergunto, Deputado Alexandre Curi: é justo que hoje alguns que descumpriram a lei, possam hoje discutir daqui para fora e dizer que não quisemos dar o aumento aos Srs. servidores? É justo isso Srs. Deputados? “É, mas aqui na Casa tudo pode se fazer”.

Pois bem, temos que começar a cumprir mais a lei. E é exatamente em cima disso que eu vou provocar o Poder Judiciário, que eu acredito, para saber se isso aqui é para ser cumprido ou é para brincar de cumprir a Constituição do Estado do Paraná. Porque é muito fácil você falar: “Olha, eu quis dar aumento de 20%, os outros não quiseram”. E aí eu vi aqui também, tem uma parte que diz que o Deputado que deixar de votar, a não ser que tenha se declarado impedido, deixará de receber o valor referente às Sessões do mês passado. Depois eu vou fazer uma questão de ordem para saber se vai ser descontado, ontem, de alguém que deixou o plenário. Está aqui na nossa Carta principal que é o Regimento desta Casa.

Enfim, quero apenas deixar esse recado aqui, porque quem não é formado deve pelo menos ler. Eu estou lendo. Vou me dedicar muito a essas questões. Não interessa o lado, se o Governo ou Oposição, eu sempre vou cobrar. Acabei de cobrar agora um pedido da Oposição, que eu acho justo, do Deputado Douglas Fabrício. Agora, não dá para ouvir Deputado que é formado, Deputado que tem experiência jogar, fazer política com a Constituição. Claro que é fácil falar, amanhã vou protocolar um pedido aqui de 100% de aumento, mas na CCJ não passa. Aí eu vou lá e digo: mas eu quis dar 100% de aumento mas não deu para dar. Então, Srs. Deputados, só queria deixar esse registro Deputado Durval Amaral, e queria pedir a V. Exa. dentro dessa sua boa vontade, dessa sua educação, desse seu preparo Legislativo, esses projetos

que não passam lá na CCJ não podem vir para Plenário. Isto está errado. Se a Constituição veda isso, se a Constituição diz que não podemos, não podemos.

O que é mais forte: a Constituição ou o Regimento da Casa? O que tem mais valor, Sr. Presidente: O Regimento ou a Constituição? Parece que o Regimento é algo que vem oriundo do principal, que é a Constituição do Estado. Então, aqui, tem algo errado que precisa ser refeito. Algo que foi votado lá na CCJ não pode vir para o Plenário, porque senão faz toda aquela confusão e daí aparecem os profissionais da mídia que dizem que querem propor absurdos e daí a imprensa coloca: “Olha, ele queria.” E os outros passam como se fossem os grande culpados.

Quero deixar esse registro ao nosso eminente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Acho que o Regimento tem que ser revisto. O que foi negado lá e é proibido pela Constituição, acho que não deve ter aquela confusão que teve ontem para não acirrar mais ânimos nesta Casa. Ninguém é professor de Deus.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)***

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Continuo com esta linha de pensamento da discussão da votação que ontem encerrou por volta das 23h30. Tivemos muitos Deputados que votaram favoravelmente às emendas, que defenderam o aumento de 15%, que defenderam um prazo que os servidores comecem a receber esse aumento e a Bancada do Governo barrou. Bem, a maioria vence. Eles têm um bom estrategista, Deputado Alexandre Curi e, realmente, jogaram da maneira como queriam, venceram a votação e “Inês é morta”.

Quando falam da inconstitucionalidade das emendas e da maneira como deveriam ou não deveriam ser apresentadas, de que não é nossa prerrogativa legislar sobre matéria financeira e matérias econômicas, apresentando ou não apresentando emendas, nos defendemos dizendo que foi uma maneira de buscar abrir os olhos da Situação, do Governo Roberto Requião da necessidade do funcionalismo público em ter mais que um pífio reajuste de 5%, de ter no mínimo a coerência de dar um reajuste que seja equânime, que seja coerente com a necessidade do funcionalismo público, que seja no mínimo igual ao que foi dado para iniciativa privada.

A discussão em que muitas vezes a Situação, a Liderança do Governo erra o alvo é de que atacando as emendas da Oposição, julgando-as inconstitucionais, o Governo se esquece - e deveria se envergonhar - de que essa iniciativa deveria vir lá do Palácio, de que a mensagem do Governo deveria vir já com um estudo de impacto financeiro e com

todas as prerrogativas para dar o aumento de 15%. Deveria ser um presente. Deveria ser um aumento vindo do Governo de 15%, Deputado Romanelli de termos que discutir até 23h30. Seria tão mais fácil, seria tão mais simples e seria resolvido o problema se a iniciativa partisse do Governo do Estado, a mensagem já viesse de uma forma adequada, uma mensagem que viesse para atender à população do estado do Paraná. Então, ao invés de ficarmos aqui discutindo se era a Emenda nº 02, 08, 07. Encaminhamos, lutamos realmente para que pudéssemos esclarecer o que cada Deputado, cada Bancada aqui defendia. Digo aqui, talvez em alguma emenda tivéssemos realmente esbarrando em inconstitucionalidade, sim. Mas estávamos aqui defendendo o aumento, defendendo o servidor público. Acredito que a mensagem deveria ter vindo nos 15% de uma forma original, de uma forma rápida e coerente para ser votada aqui na Assembleia Legislativa. Sem hipocrisia de nenhum lado e de outro, sem discursos que ficássemos aqui atacando ou defendendo Oposição, Situação, e que realmente pudéssemos resolver o problema de uma forma mais coerente, que seria a mensagem enviada do Governo do Estado para esta Casa autorizando os 15% de aumento, Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Deputado Fernando Ribas Carli, parabéns pelo seu pronunciamento. Parabéns pela serenidade e pela contundência do seu pronunciamento. Mesmo participando do Bloco Independente, teve extrema coerência na votação das emendas das propostas de reajuste real aos servidores públicos do estado do Paraná, principalmente aos professores, aos policiais.

Estavam falando ali atrás que a Oposição teve uma grande derrota na noite de ontem. E na verdade, quem saiu derrotado da Sessão de ontem foram os servidores, os policiais, os professores. Esses sim foram derrotados pela máquina do Governo.

Tenho o meu nome na lista, das votações, das emendas, votando a favor do funcionalismo público. A favor dos servidores. Eles mereciam, sim, um reajuste real, correto. O Governo poderia ter dado. Não deu porque não quis. Porque da forma que enviamos as emendas foi extremamente constitucional e legal. Não deu porque não quis ou porque, de repente, não valoriza os seus próprios funcionários.

#### **O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)**

Veja, Deputado Marcelo Rangel, a questão, na verdade, é simples. Nós ontem tivemos as discussões que duraram até às 23h30, quando os terminais computaram a votação aqui da Assembleia Legislativa e falou-se de inconstitucionalidade, de problemas na CCJ, de emendas que não eram constitucionais. Agora, não podemos aqui na Casa receber uma mensagem que não condiz com a realidade, Deputado Romanelli, e V. Exa. sabe da realidade.

Um aumento de 15% para a iniciativa privada e uma incoerência de vir com aumento de 5% para o funcionalismo público. Por que existe essa diferença? Porque a coerência política não é feita para os próprios funcionários do Governo que mereciam essa mensagem. E sabemos que a maneira mais correta, ideal e legal de ser feita era uma mensagem vinda do Palácio, vinda do Governador Roberto Requião para esta Casa. Não teríamos problemas.

O Deputado Valdir Rossoni se pronunciou que nem irritada a Oposição conseguiu ficar, pela grandeza da articulação política do Deputado Alexandre Curi. Quero dizer que não nos irritamos de forma alguma. Ficamos realmente exaustos pelo trabalho, pelo empenho do Bloco Independente, da Oposição, dos Deputados em argumentar e quem sabe convencer os governistas do melhor que poderia ser feito em prol do estado do Paraná. Isto não foi possível. Agora, eu não estou irritado.

O funcionalismo público, hoje, deve estar pensando, por que é que existe esta diferença, Deputado Artagão? Eles sim têm razão e têm motivos para ter uma irritação com o Governo do Estado, com os seus Deputados aqui, porque faz parte, Deputado Romanelli, da Bancada da Situação, enquadrar dentro de um projeto uma matéria, uma redação que seja coerente ao que realmente necessitam os funcionários públicos do estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Plauto e, na sequência, ao Deputado Artagão de Mattos Leão.

#### **O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

Estou aguardando, Deputado Carli, com ansiedade, por este aparte.

#### **O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)**

Deputado Carli, ouço com atenção o seu pronunciamento, um belo pronunciamento relatando a Sessão de ontem que começou às 13h30, na CCJ, e prolongou-se até às 23h30. Um amplo debate de idéias, uma tentativa de negociação para tentar fazer aquilo que o Governador do Estado do Paraná fez para a iniciativa privada: ele determinou um aumento no salário-mínimo regional de 15% e nós aqui na Assembleia, neste debate, tentamos fazer a mesma coisa. O Governador mandou uma mensagem reajustando os servidores em 5% e nós, numa ampla discussão, através de uma emenda apresentada, tentávamos elevar esse reajuste para 15%. Só que para o Governador são dois pesos e duas medidas. Para os outros ele determinou um reajuste de 15%. Agora, para os funcionários dele, que ele é o patrão, ele pagou só 5. Quem perdeu? Perderam os servidores públicos do estado do Paraná, que vieram dois pesos e duas medidas serem tomadas pelo Governador Roberto Requião no estado do Paraná.

Infelizmente fomos derrotados. Os Deputados que votam com o Governo acharam por bem não dar esse reajuste, a pedido do Governador. Mas, a democracia é assim e a política é assim, Deputado Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Vou dar o aparte ao Deputado Artagão. Agora, Deputado Artagão, estamos discutindo o funcionalismo público estadual. V. Exa. não venha aqui buscar desgaste político ou falar de questões paroquianas que temos porque isso não é prerrogativa de V. Exa.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Carli, eu realmente não iria tocar no assunto de Guarapuava, mas me parece que a preocupação lhe atormenta a cada minuto, a cada dia, a cada segundo. O medo é muito grande, me parece.

Eu tenho a prerrogativa...

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Não, ninguém falou em medo aqui...

**(Discussões paralelas)...**

Sr. Presidente, me assegure a palavra. Quero concluir aqui dizendo que realmente...

**(Discussões paralelas)...**

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está garantida a palavra do orador que se encontra na tribuna.

Apenas para ele concluir, por favor.

Deputado Romanelli, apenas para esclarecer, o parte é prerrogativa do orador que se encontra na tribuna.

V. Exa. está com a palavra, para concluir, pois o seu tempo já acabou.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço a atenção, a paciência de V. Exa. e dizer que estamos aqui em luta pelo funcionalismo público do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Democratas. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, por 10 minutos.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não vamos falar aqui, neste momento, sobre a votação de ontem que, infelizmente vimos nela um resultado que não favoreceu e não beneficiou os servidores públicos do estado do Paraná, mas fizemos o nosso trabalho, a nossa obrigação aqui, tentando fazer com que as coisas tivessem todas elas um mesmo peso dentro da questão estadual.

O que me traz, Deputado Zucchinho, e o senhor é um representante também dos pequenos produtores do estado do Paraná, dos agricultores como um todo, é a preocupação com o retorno da inflação no nosso país. Estamos vendo todos os índices que apontam a inflação no país, apontarem para um crescimento da inflação. Para

vocês terem uma idéia, agora no mês de abril, o FIP apontou a inflação para 0.84% e agora, no mês que estamos, ela está apontando para 1,81% a inflação no nosso país. Um salto significativo! Agora, por que a inflação vem crescendo? É líquido e certo, e todos os levantamentos mostram que é a questão da cesta básica. Os alimentos, no planeta, não só no Brasil, estão subindo. Eu sempre gosto de apontar e esclarecer, na minha visão, o que está acontecendo, a China e a Índia estão comendo mais, estão se alimentando melhor. Para vocês terem uma idéia, a China tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes e a Índia 900 milhões de habitantes. Somando os dois temos 2 bilhões e 200 milhões de habitantes. Vamos tirar dessa conta o Brasil, a população do Brasil, vamos falar na somatória de Índia e China em 2 bilhões de habitantes. Imaginem, os dois países estão conseguindo distribuir melhor a renda, porque a própria China abriu a sua economia e com isto os chineses estão trabalhando e ganhando melhor. Naturalmente o primeiro resultado que vem é uma melhor alimentação.

Agora vamos pegar estes 2 bilhões que eu falei aqui e vamos dividir por quatro pessoas, marido, mulher e dois filhos, para analisarmos quantas famílias temos nestes dois países. Calculamos que são 500 milhões de famílias, na China e na Índia. Agora imaginem se cada uma dessas famílias que estão tendo um poder aquisitivo melhor consumirem um frango a mais por semana. Eu sempre digo: é muito um frango a mais por semana? Não é, não é! Seriam quatro frangos a mais, por mês, quatro frangos a mais por mês vezes 500 milhões de famílias seriam 2 bilhões de frangos a mais por mês! Agora imaginem o que precisa de milho e de soja para alimentar esses frangos. Para vocês terem uma idéia, são alguns milhões de toneladas de grãos a mais para fazer que todos estes frangos possam chegar no ponto de abate. Isso faz com que, naturalmente, se demonstre o aumento de consumo que estamos tendo no mundo! Isso reflete diretamente no nosso país que é um produtor de alimentos e com esses números o consumo de alimentos aumentou, o estoque regulador diminuiu e está fazendo com que o preço dos alimentos, em todo planeta, aumente.

Muito bem, senhores, sem contar o aumento do petróleo no planeta inteiro. O petróleo é uma matéria-prima da produção dos fertilizantes também que elevou o preço do adubo, fazendo com que o custo de produção também venha a se elevar. Sem contar o óleo diesel, que agora subiu, de novo, e também toca lá no custo dos alimentos no nosso Brasil.

Então, a verdade é preocupante. Temos um Brasil, produtor agrícola, com a sua tecnologia vem aumentando a produtividade mês a mês, safra a safra, e vemos o consumo mundial muito alto fazendo com que os estoques diminuam e naturalmente os preços venham a se elevar.

Só para vocês terem uma idéia, o pãozinho subiu, nos últimos meses 14%. O trigo colhido pelo agricultor saiu de R\$ 400 a tonelada e hoje está perto de R\$ 700 a tonelada. Quase dobrou! O leite subiu 8%, o óleo de soja

32%, o arroz 35%, a carne 7,5%. Este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o resultado do aumento de consumo do mundo, e o pior é que as áreas de plantio no planeta estão quase todas tomadas. Aqui no Brasil temos espaço para aumentar a produção. No cerrado brasileiro, na área de pastagem da pecuária é possível aumentar a produção. Ninguém está falando em Amazônia, em derrubar floresta para aumentar a área de produção agrícola. Estamos falando de cerrado e estamos falando também das áreas de pecuária que os órgãos ambientais, eu quero aqui deixar frisado, têm restringido o avanço da agricultura no cerrado brasileiro e, também, nas áreas de pecuárias.

Tudo se tornou muito difícil. Os órgãos ambientais, com rigidez, fazem com que a lei criada no decorrer dos últimos anos, sejam impostas sem fazer com que o produtor possa aumentar as suas áreas e usar a tecnologia que ele detém para produzir alimentos no nosso país.

É um tema que vamos discutir, porque o alimento continua subindo, o alimento diminuiu no mundo inteiro e nós brasileiros, moradores deste planeta vamos ter que usar uma fatia maior do nosso salário para podermos nos alimentar. Isto é preocupante, porque toca a todos. Não é um ou dois ou três, é o mundo inteiro que vive um sério problema de alimentação. Um sério problema de uma alta na demanda e uma alta nos preços dos alimentos.

Vamos torcer que as maiores autoridades possam agir, para que possamos ver o aumento das áreas de plantio, no planeta inteiro, para que possamos fazer frente a essa demanda hoje no nosso planeta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente e Srs. Deputados volto à tribuna nesta tarde para poder falar sobre um tema que foi abordado aqui. Óbvio que tenho uma responsabilidade de informar esta Casa, sobre a escandalização que o Deputado Elio Rusch quer fazer sobre o tema que deve merecer a atenção de todos, mas que sobre uma questão conjuntural nós temos que tratar o tema que envolve a nossa Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB) (Aparte)**

Infelizmente, não tive oportunidade de manifestar no maravilhoso pronunciamento do Deputado Ribas Carli.

Entendemos que todos nós, como representantes do povo almejamos o melhor para aqueles que representamos. Esse pronunciamento do Deputado Ribas Carli vai ao encontro justamente desse anseio de todos os 54 Parlamentares. Afinal de contas é por eles que estamos aqui e é para eles que temos que trabalhar.

Gostaria de simplesmente questionar o meu dileto colega representante da mesma cidade, de diversas cidades como eu, se essa postura é individualizada, pessoal ou se ela é prática em todos os lugares que representa?

Haja vista, termos uma representação comum na cidade de Guarapuava, aonde o pai do Deputado Ribas Carli é Prefeito, e gostaria de questioná-lo se lá ele deu os 15% de aumento que tanto defende aqui para o estado. É fácil falar para os outros fazerem e difícil colocarmos na prática em nossa Casa.

Mas eu iria mais longe talvez, somos PMDB, então aceitamos a reivindicação dos 15. eu seria bonzinho com ele. O pai dele é do PP é 11. Então poderia ser dado 11% aos servidores, mas os servidores de Guarapuava estão carentes também de reajuste e, quem sabe o Deputado Carli possa defender com esse mesmo ênfase e entusiasmo o reajuste aos servidores de Guarapuava que necessitam e, que há quatro anos, estão sem reajuste. O que não é o caso dos servidores do Paraná que tem recebido a recomposição, o reajuste anualmente em função da política austera, séria e de benefício aos servidores que o estado do Paraná desenvolve através do Governador Roberto Requião.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Permito o aparte ao Deputado Jocelito Canto, mas certamente V. Exa. vai falar de Ponta Grossa e dos reajustes dos servidores de Ponta Grossa.

Deputado Jocelito vi que V. Exa. fez escola, porque o Deputado Plauto fala em preço do pãozinho, do litro de leite. Olha, Deputado Plauto finalmente V. Exa. está descobrindo o que o povo come.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Cada administração é de um jeito, Deputado Romanelli e Deputado Carli Filho, um menino maravilhoso, que admiro. Ele foi muito feliz no seu pronunciamento quando disse por que é que fizeram as emendas. Ele admitiu que as emendas foram políticas. Foi interessante que o membro da Oposição falasse isso.

Queria dizer a ele que o fato de querer discutir essa posição, não impede que possa falar nesse assunto sem apresentar emenda, poderia discutir e pedir aumento para os servidores.

Deputado Plauto também falou, não sei quanto foi o aumento em Ponta Grossa de 4%, 5%, porque todas as Prefeituras deram aumento de 4% a 5%, Curitiba, não sei quanto deu. É que os Prefeitos podem dar, é o momento atual do país.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço Deputado Jocelito, porque tem um Deputado que fala sempre contra o aumento que foi dado para as empregadas domésticas. Ele sempre se refere e acho que ele levou um pito da mulher dele, porque nós votamos aqui e a empregada doméstica tem que receber no mínimo R\$ 531. Mas vi que há uma reação contrária e, quero aqui me solidarizar a essas pessoas essenciais no caso aquelas pessoas que podem pagar.



Volto ao tema que me trouxe à tribuna, rechaçar as suas afirmações.

Em primeiro lugar dizer o seguinte, que o sistema que a COHAPAR constrói é um sistema de gestão comunitária para produção habitacional e interesse social. Um sistema que pressupõe a criação de uma associação de participantes ao Programa Casa da Família, contrata a COHAPAR, recursos do Governo Federal, com o Governo do Estado. E na verdade as pessoas que são terceirizadas, não há 700 pessoas terceirizadas, a COHAPAR tem em torno de 335, 336 funcionários efetivos e têm cerca de 273 pessoas atualmente que são terceirizadas.

O que são pessoas terceirizadas? São pessoas que têm postos de trabalho, e que tem funções específicas, engenheiros, assistentes sociais, técnicos sociais, assistentes sociais, enfim, na área do mobiliário, os monitores de obras. São pessoas que são essenciais e ganham um salário, na minha avaliação, baixo em relação ao que gostaríamos de poder pagar, mas dentro do mercado de trabalho.

Agora com todas as garantias trabalhistas, essas pessoas recebem esse salário fundamental e essencial para funcionar a nossa Companhia de Habitação do Paraná.

Na verdade o Governador Requião autorizou, ainda hoje, o pagamento na segunda-feira de R\$ 8 milhões da COHAPAR. Ou seja, é uma questão conjuntural. O Presidente Rafael Greca vai ter os recursos, para poder efetuar todos os pagamentos e colocar absolutamente em dia e, sinceramente vamos interromper essa onda de boatos para difamar a honra de um ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Curitiba. V. Exas. integraram inclusive, o mesmo grupo político, respeitar o ex-Prefeito Rafael Greca que fez muito pela cidade de Curitiba. A COHAPAR tem os programas que foram autorizados também para tocar o Programa do PAC, enfim, as contrapartidas necessárias, o Programa do PSH, o leilão que a COHAPAR ganhou. São mais de 1 mil e 700 famílias que serão atendidas, tanto a área urbana quanto à área rural.

A equação da dívida da COHAPAR, estamos negociando com a Caixa Econômica Federal, o Governo Federal tem que reconhecer os que são de FCVS, são mais de 36 milhões que temos que receber na boca do caixa e que é suficiente para pagar a dívida pelo menos de cinco anos da COHAPAR.

O fato concreto é o seguinte. Gostaria de dizer que nós temos nesses cinco anos trabalhado, o ex-Prefeito Rafael Greca, ele cumpre o mesmo programa de Governo na política habitacional que nós iniciamos. Claro que cada um exerce com a sua criatividade uma forma de gestão. Mas ele segue rigorosamente a mesma política habitacional que não é nem minha, nem dele, é do Governador Requião. E o que a gente tem feito é coisa muito boa por esse estado do Paraná. As casas estão sendo entregues, inauguradas, as unidades que estão sendo concluídas.

Olha, ouvi agora há pouco o Deputado Douglas Fabrício falando da tribuna, até de um tema interessante. Mas, ele deveria ter ido lá em Campo Mourão assistir a remoção daquelas famílias que moravam em uma favela em um fundo de vale, que era um problema gravíssimo, e nós construímos uma obra que se iniciou na minha gestão, que são 170 unidades, são dois conjuntos habitacionais, o São Francisco de Assis e Governador José Richa, sendo um com 57 e outro 113 casas. Foram 170 casas com parceria com o Governo Federal, através da Caixa, COHAPAR e Prefeitura de Campo Mourão. As casas foram entregues, e pessoas que receberam a chave das casas e que não haviam tido uma casa que sequer tivesse um vaso sanitário. Coloco isso, porque política habitacional é uma questão muito séria e essas famílias receberam as chaves das mãos do Presidente da COHAPAR, o Rafael Greca.

Então, quero dizer que não são ondas de difamação que desestabilizam, nem a política habitacional muito menos, o Presidente Rafael Greca, que, aliás, Deputado Elio Rusch, em relação ao que V. Exa. afirmou, primeiro, V. Exa. afirmou questões inverídicas e em segundo, quero dizer que o Presidente Rafael Greca responde e esclarece todos os questionamentos que V. Exa. tiver a fazer. Ele explica detalhadamente, porque é isso que uma autoridade tem que fazer. E eu por diversas vezes, quando era Presidente da COHAPAR, encaminhei a esta Casa esclarecimentos a todos os Parlamentares que tinham algum tipo de questionamento ou de dúvida. Mas, sinceramente, o que está acontecendo na política habitacional do Paraná é muito positivo, é um programa importantíssimo.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entendo que cada um dos Parlamentares tem que exercer o seu mandato com muita firmeza, mas o esforço que o Governo do Paraná está fazendo e faz com famílias paranaenses para resgatar a sua dignidade, ele é fruto de uma grande parceria com o Governo do Presidente Lula, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica, do Governo Requião e nós vamos continuar fazendo. Questões de fluxo de caixa conjunturais estão resolvidas. Na segunda-feira a Fazenda faz o repasse, faz-se os pagamentos e, sinceramente, vamos deixar o Rafael Greca trabalhar, porque ele de fato é uma pessoa que gosta muito do que faz, gosta do povo e certamente vai fazer muita coisa boa nos próximos três anos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Romanelli.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Ofício n° 084/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje, 14/05/08, por estar em visita às suas bases eleitoras no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação n° 116/08, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, instituir Programa Estadual de Crédito Fundiário, bem como firmar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fim de integrar e potencializar ações de reforma agrária no estado do Paraná, com a aquisição de imóveis rurais, com pagamento nos termos da Lei Federal n° 8629/93. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 117/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a designação de Delegada da mulher para o município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 118/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 119/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Rondon. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 120/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Amaporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 121/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Paranapoema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n°s 02 (dois) de autoria do Deputado Luz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Apenas esclarecendo os telespectadores, que sempre nos enviam e-mails à Casa, dizendo que os projetos estão sendo apoiados para a sua tramitação, o que provavelmente depois muitos Deputados terão a opinião contrária, inclusive a vários desses projetos. Então, é apoio para tramitação.

### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento de dispensa de redação final, porque o projeto não recebeu emendas. Do projeto da criação de cargos da Secretaria de Saúde.

### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuição aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim da consulta, que deverá ser cientificado pelo paciente através de assinatura. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI N° 772/07**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

A presente emenda substitutiva geral ao projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Felipe Lucas, Dr. Batista, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost e Stephanes Júnior, tem como objetivo facultar aos profissionais que atuam no Sistema Esta-

dual de Saúde a anotação do horário do início e do fim da consulta no instrumento de receita médica. Tal projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça no dia 20/11/07 e posteriormente recebeu uma emenda de plenário no dia 17/03/08, retornando assim a esta Comissão para nova análise.

#### **Legitimidade**

A finalidade da referida emenda substitutiva geral, é de facultar a anotação, no documento de receita médica, do horário do início e do fim da consulta, aos profissionais que atuam nos estabelecimento do Sistema de Saúde Estatal, diferenciando do projeto original, uma vez que o mesmo ao invés de facultar, obrigava tal anotação.

Ocorre que a emenda substitutiva ao dispor sobre a faculdade de tal anotação ao invés da obrigatoriedade, está ferindo o artigo 11, inciso II, alíneas “a” e “c”, da Lei Complementar 095/98, lei esta que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Vejamos:

*Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:*

*II - para a obtenção de precisão:*

*a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensinar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;*

*c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;* (grifos nossos)

Isso porque, a faculdade a que se pretende atribuir, mediante a apresentação da referida emenda, prejudicará o objetivo principal do projeto. Ou seja, seu maior escopo ficará obstruído, perdendo assim, a natureza principal a que se destinou a finalidade legislativa, colidindo frontalmente com o disposto acima na Lei Complementar nº 095/98, em especial o artigo 11, II, a.

Ao conceder a faculdade de fazer ou não fazer, a presente proposta legislativa cairia na vala da inocuidade, haja vista a não produção dos efeitos pretendidos, frustrando assim qualquer vontade inicial do legislador.

Portanto, destaca-se que tal disposição normativa não encontra respaldo jurídico para prosperar, ficando prejudicada sua tramitação, sob pena de condenar o projeto, caso se torne lei em sentido formal, a tornar-se inócuo, desatendendo aquilo que se espera do ato normativo inovador do ordenamento jurídico.

Por fim, com fundamento na Lei Complementar 095/98, entende-se que a emenda ora analisada é ilegal, em razão de não atender os requisitos da lei complementar.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, tendo em vista a ilegalidade apresentada pela emenda em análise, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli e Edgar Bueno.

#### **Em discussão. Em votação**

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, atendendo o pedido do nosso ilustre Deputado Felipe Lucas e do nosso Presidente da CCJ, entendemos por bem pedir a retirada desse projeto para que o Deputado Felipe Lucas, e nós, possamos fazer uma Audiência Pública. Ele teve uma emenda rejeitada. Acho tão ruim quando o Deputado faz com boa intenção e está defendendo o que ele acha justo. Então, eu estou encaminhando requerimento pedindo a retirada desse projeto para que a gente possa discutir um pouco mais, até para não termos nenhum tipo de problema, para não termos nenhuma questão que prejudique o Deputado Felipe Lucas. Então eu peço a retirada e que possamos marcar uma Audiência Pública pela Comissão de Saúde, que acho que é o que deveria acontecer para chegarmos num acordo e que seja bom para todo mundo.

#### **O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)**

Gostaria de agradecer a sensibilidade do Deputado Jocelito que prontamente vem atendendo, e acho que há uma discussão maior em termos da Comissão de Saúde. Acho que vamos discutir com todos os Deputados, não é uma questão classista, é uma questão que acho que houve um pequeno engano pela própria Comissão legislativa, e vamos rever, acho que uma Audiência Pública é salutar. Agradeço a todos e especialmente ao Deputado Jocelito.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Jocelito, V. Exa., quando ocupou a tribuna disse que o Presidente tem que cumprir o Regimento. É isso que vamos fazer. Peço que V. Exa. encaminhe à Mesa e que conste no requerimento o artigo 33 porque o projeto já saiu da Ordem do Dia, aonde o Deputado Felipe Lucas solicitou a Comissão de Constituição e Justiça, uma reconsideração da sua emenda e que infelizmente não foi efetuada essa reconsideração. Então V. Exa. terá o pedido acatado, e conforme o requerimento pedindo, se V. Exa. concordar que nós acrescentemos aqui o artigo 33. Consulto V. Exa. se autoriza colocar no requerimento.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente. Está retirado então o projeto conforme solicitação. Em votação o requerimento nº 1202, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 772/07, requerendo ainda que seja

realizada Audiência Pública na Comissão de Saúde desta Casa para análise mais profunda do tema em questão, conforme artigo 33, do Regimento Interno. **Aprovado.** Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 772/07.

### **Redação Final**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 809/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/07, de 14/11/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Projeto Amor A Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 019/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/05/08.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI - Relator

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 077/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 131/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 077/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 263 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - .....

(...)

XXIV - na comarca de Rio Negro:

- a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e
- b) Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º Fica alterado o Anexo IV da lei citada no artigo 1º, desmembrando o Juízo Único da comarca de Rio Negro, em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do artigo 225, inciso II, da referida lei.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos V, VI (Tabela 3) e IX (Tabelas 1 e 4), da lei referida no artigo 1º, com a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo para a comarca de:

#### **Rio Negro**

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;
- b) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Os provimentos dos cargos, tratados nesta lei, deverão realizar-se mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/05/08  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV

Rio Negro - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03</p> <p>CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA</p> <p>ANEXO VI - TABELA 3</p>						
Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
....						
Rio Negro	2			1	1	11
....						

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO X  CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4</p>									
COMARCA	Escriv. Cível (*)	Escriv. Crim.	Escriv. de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escriv. da Infância e da Juvent.	Escriv. de Execuções Penais e Correg. dos Presídios	Oficial de Justiça	Auxiliar de Cartório Criminal	Auxiliar de Cartório da Infância e da Juvent.	Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Correg. dos Presídios
....									
Rio Negro	2								
....									

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO X CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4						
Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
....						
Rio Negro						2
....						

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Telêmaco Borba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 123/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVF, com sede e foro no município de Telêmaco Borba

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

## 3ª Discussão

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 828/08, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Quero registrar o meu voto contrário, porque entendo que o projeto tem inconstitucionalidade e não poderia ser aprovado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Em votação as emendas de Plenário. **Aprovadas.**

### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. A EMENDA Nº 03 E CONTRÁRIO AS EMENDAS 01, 02, 04 a 09. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DE PLENÁRIO APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a Emenda nº 03. **Aprovada.**

## 2ª Discussão

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 843/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na PR-431, Km 50,55 no município de Jacarezinho de Viaduto Jofre Elias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que regulamenta as festas de música eletrônica no estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 08 (oito), nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO  
PROJETO DE LEI Nº 028/08

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 028/08 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Deverá a empresa/organizador, contratar empresa de segurança com registro na Polícia Federal, para eventos com mais de 50 (cinquenta) pessoas, a qual deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) segurança para cada 50 (cinquenta) pessoas, devendo todos os participantes ser revistados na entrada do evento, inclusive com detector de metais e cães farejadores”.

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(aa) CHICO NOROESTE, PASTOR EDSON PRACZYK, DR. BATISTA, RENI PEREIRA, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ROSANE FERREIRA, JOCELITO CANTO, BETI PAVIN e CIDA BORGHETTI.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 028/08, o seguinte parágrafo:

“Art. 1º ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º Ficam excluídas da presente lei, as festas de caráter religioso, bem como encontros musicais religiosos.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(aa) CHICO NOROESTE, PASTOR EDSON PRACZYK, DR. BATISTA, RENI PEREIRA, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ROSANE FERREIRA, ELIO RUSCH, JOCELITO CANTO e CIDA BORGHETTI.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 028/08, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º As festas de música eletrônica a serem realizadas no âmbito do estado do Paraná, deverão impreterivelmente ter toda a documentação necessária 02 (dois) dias antes da realização de cada evento, sendo que tais festas somente poderão ser organizadas por empresas regularmente constituídas para a organização e produção de eventos e com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK, TADEU VENERI, CHICO NOROESTE, PÉRICLES DE MELLO e ROSANE FERREIRA.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Fica acrescido, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 028/08:

“Art. 1º ... Fica definido “festas de música eletrônica”, as festas sem caráter religioso ou beneficente, com ingressos cobrados, realizadas em áreas não propícias para realizações de eventos, como chácaras, fazendas ou propriedades particulares não construídas para

tais atividades, locadas ou cedidas por períodos esporádicos, apenas para fins temporários.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Felipe Lucas, Elio Rusch e Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Fica acrescido, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 028/08:

“Art. 1º ... Ficam excluídos da definição “festas de música eletrônica”, os eventos comemorativos ou religiosos, promovidos por Prefeituras ou sociedade organizada, visando a promoção social e cultural de uma região ou cidade, tais como feiras agropecuárias e tecnológicas, divulgações de produtos ou serviços da comunidade, festas folclóricas, teatros e shows culturais.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Felipe Lucas, Elio Rusch e Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Inclua-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 028/08, o seguinte parágrafo:

“Art. 1º ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ ... Ficam excluídas da presente lei, as festas que não possuam caráter comercial.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Péricles de Mello, Professor Luizão, Elton Welter, Ribas Carli Filho, Pastor Edson Praczyk e Edgar Bueno.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

A presente emenda modificativa visa alterar a redação do artigo 1º e acrescentar inciso ao mesmo artigo ao Projeto de Lei nº 028/08, de autoria do nobre Deputado Fábio Camargo, conforme segue:

“Art. 1º As festas de música eletrônica a serem realizadas no âmbito do estado do Paraná, deverão impreterivelmente ter toda a documentação necessária 02 (dois) dias antes da realização do evento, sendo que tais festas poderão ser organizadas por empresas regularmente constituídas para a organização e produção de eventos fim e com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, por pessoas físicas, clubes e outras entidades desde que apresentem, para cada um dos eventos a serem realizados, os seguintes documentos:

1 - Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros contendo, dentre outros, as características do local, capacidade de público neste, e a especificação dos equipamentos necessários de segurança;

2 - autorização da Polícia Civil;

3 - autorização do Comando local da Polícia Militar contendo dentre outros, se haverá policiamento ostensivo nas imediações do evento;

4 - certidão negativa municipal, estadual e federal;

5 - comprovante de endereço do organizador do evento.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento:

Teruo Kato, Duílio Genari, Elton Welter, Marcelo Rangel, Luiz Fernandes Litro, Valdir Rossoni, Plauto Miró e Elio Rusch.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 028/08, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º As festas de música eletrônica a serem realizadas no âmbito do estado do Paraná, deverão impreterivelmente ter toda a documentação necessária 02 (dois) dias antes da realização do evento, sendo que tais festas poderão ser organizadas por empresas regularmente constituídas para a organização e produção de eventos e por empresas que atuem no setor de entretenimento, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.”

Sala das Sessões, em 14/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

Apoiamento:

Alexandre Curi, Plauto Miró, Luiz Fernandes Litro e Elio Rusch.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que denomina Eitaro Ikeda a trincheira localizada no Km 125+500 metros da BR-369, no município de Jataizinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que autoriza o Governo do Estado a instituir o Projeto ARCOSUL, que compreenderá o contorno sul, ligando Maringá, Sarandi e Marialva e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/08, de 20/02/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 035/08

##### P A R E C E R :

A proposição sob análise autoriza o Governo do Estado a instituir o Projeto ARCOSUL, que compreenderá o contorno sul, ligando Maringá, Sarandi e Marialva e dá outras providências.

Segundo o autor, a intervenção viária proposta melhoraria o trânsito e propiciaria maior integração entre as regiões localidades mencionadas no projeto.

A proposição é meramente autorizativa e consideramos que seria até desnecessária, pois, em regra, o Governador está autorizado a fazer intervenções desta natureza.

O projeto de lei constitui-se em manifestação de vontade política pela realização de tal empreendimento estatal.

Por outras vezes nos manifestamos no sentido de que um projeto meramente autorizativo em pouco difere de uma indicação.

Se aprovado o presente projeto, caberá ao Governador analisar a conveniência e a oportunidade de sua efetivação, portanto, o regramento jurídico continua inalterado.

Divergindo da análise prévia, concluímos que não se trata de delegação de funções, pois se assim fosse estaria o Poder Legislativo declinando de sua prerrogativa de legislar.

O parecer é pela tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS PROJETO DE LEI Nº 035/08

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, autoriza o Governo do Estado a instituir o Projeto ARCOSUL, que compreenderá o contorno sul, ligando Maringá, Sarandi e Marialva e dá outras providências.

É justo o mérito exposto na presente proposta, sua implementação proporcionará a região compreendida pela Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá - COMEM, substanciais avanços e amplas benfeitorias, compreendendo que a proposta visa possibilitar o desenvolvimento econômico e o considerável ganho social a região e a sua população.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05/05/08.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Antes de encerrarmos a Sessão, comunico aos Srs. Parlamentares que amanhã não haverá Sessão, devido à presença de todos os Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, que estarão nos visitando. Em reunião com pauta preestabelecida entre todas as Assembléias da federação.



Portanto, o nosso Presidente Nelson Justus estará recepcionando todos os Presidentes das Assembléias do país.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero esclarecer aqui, porque o Deputado Romanelli usou a palavra defendendo o Governo e disse que não participei da inauguração de algumas casas populares, lá em Campo Mourão. Não recebi nem convite.

Foram 170 casas populares. Está se reduzindo uma favela e levando para esse local onde foram construídas essas casas populares.

Quero esclarecer ao Deputado Romanelli que ele foi Presidente da COHAPAR, no período do Prefeito Tauillo Tezelli que começou esse trabalho. O Deputado Romanelli não levou nenhum tijolo para lá. Isso começou lá no tempo de Jaime Lerner.

O que o Governador Roberto Requião está fazendo é a inauguração. E quem vai pagar as casas populares é a população. Porque o terreno foi dado pelo município, na época do Prefeito Tauillo Tezelli, a infra-estrutura foi feita pelo município e o Governo levou as casas e depois foi na inauguração.

Quero deixar isso bem claro, porque senão a população ouve o Deputado Romanelli falar e imagina que não estamos defendendo Campo Mourão e toda nossa região.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

### Requerimentos

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1187, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1191, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1192, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### Explicações Pessoais:

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, inscrito.

### Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero lamentar. Eu ouço, Sr. Presidente, sempre com muito respeito, todos os Parlamentares. Divirjo

profundamente dos pronunciamentos que o Deputado Douglas Fabrício faz e nem por isso me inscrevo em Explicações Pessoais para contestá-lo.

Quero dizer que este projeto se iniciou quando era Prefeito o Tauillo Tezelli, com quem mantive sempre um relacionamento respeitoso e bem encaminhado do ponto de vista administrativo. Essa obra se iniciou, ainda, na minha gestão e do Prefeito Tauillo. O Prefeito Tureck assumiu a Prefeitura e continuamos com o projeto. A Administração Pública não se esgota numa única administração. O Jaime Lerner nem perto passou de Campo Mourão e nem dessas casas, lamentavelmente. Quero dizer que, talvez, de helicóptero, um dia, passou muito longe, mas o Prefeito Nelson Tureck tem o mérito de ter sido um grande parceiro da COHAPAR.

Sabe quanto essas famílias vão pagar? Cinquenta reais no máximo, em seis anos, ou seja, na verdade, é um programa com grande subsídio tanto do município, do estado e do Governo Federal. Talvez, um dia, o Deputado Douglas Fabrício possa fazer alguma coisa em relação à habitação pelo povo de Campo Mourão. Até agora não fez nada.

### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 828/07; 038, 097, 143, 144, 146 e 170/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/08.

Levanta-se a Sessão.

### Publicações Administrativas:

#### Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/08

**Modalidade:** Pregão Eletrônico 006/08 - Protocolo 2500/08.

**Objeto:** Aquisição de mídias, conforme abaixo

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
01	Infoseg Informática Ltda.	1.000 unidades de mídia de disquete 1.44 MB 1.000 unidades de mídia DVD-R	R\$ 1.090,00
02	Copy Fax Soluções em Cópias e Impres. Aut. Esc. Ltda.	05 unidades de toner para copiadora Brother, código TN 580, original da marca da impressora.	R\$ 875,00
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO			